

ENTREVISTA

Afinal, a Covid-19 é doença do trabalho? Em entrevista à **Goiás Industrial**, Rodrigo Dias da Fonseca, juiz do Trabalho e titular da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia (TRT da 18ª Região), comenta a polêmica sobre o tratamento a ser dado aos trabalhadores contaminados em ações no âmbito da Justiça do Trabalho.



PANDEMIA

Fieg + Solidária dobra meta e mira mais 100 toneladas de doações

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Com prorrogação de incentivos, montadoras investem R\$ 2 bi

Mala Direta Básica

9912352020/2014-DR/GO

FIEG

Correios

Goiás Industrial

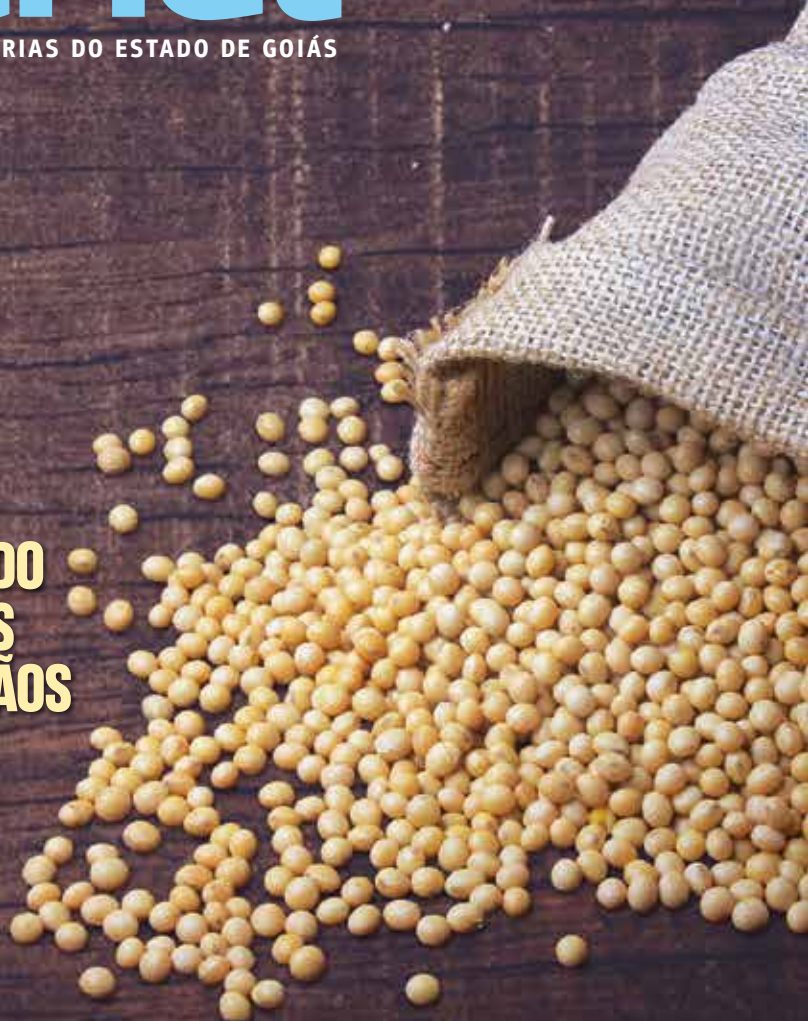
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

ANO 68 / Nº 296 / OUTUBRO 2020



FIM DA FARRA DAS TRADINGS?

MP ENTENDE QUE ESTADO PODE ARRECADAR MAIS INDUSTRIALIZANDO GRÃOS



FIEG SABATINA

CANDIDATOS A PREFEITO FECHAM QUESTÃO EM PARCERIA COM SISTEMA S



De uma forma ou de outra, os candidatos a prefeito de Goiânia e Aparecida ouvidos no programa de entrevistas da Fieg foram unânimes em defender parcerias com Sesi e Senai. Houve coincidência também em propostas sobre industrialização das cidades

FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

IEL

#Primeiro em Tudo

_O primeiro passo da carreira

_O primeiro lugar da
pesquisa Pop List

O IEL Goiás foi **7 vezes**
a instituição de
encaminhamento para
estágio mais lembrada
pelos goianienses.
IEL: o passo mais
certo para começar
uma profissão.



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 296 / OUTUBRO 2020

TRIBUTAÇÃO DE GRÃOS E INDUSTRIALIZAÇÃO

16 / O Ministério Público do Estado de Goiás, por meio do titular da 59ª Promotoria de Justiça, de Defesa da Ordem Tributária, Fernando Krebs, recomendou ao governador Ronaldo Caiado, em caráter de urgência, estudos para tributar a exportação in natura de grãos em Goiás, como já ocorre em Mato Grosso do Sul. Proposta estratégica da Fieg destinada a incentivar a industrialização da matéria-prima em Goiás, a medida, segundo argumenta o promotor, pode aumentar a arrecadação do Estado em quase R\$ 1 bilhão.

FIEG SABATINA

24 / A indústria e o crescimento sustentável das cidades
Diante da pandemia e do afastamento social, o Fieg Sabatina foi a forma encontrada pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás para colocar os candidatos à frente de seus eleitores. Nas entrevistas ao vivo, levadas ao ar por meio da plataforma Zoom Cloud Meetings e do canal do Sistema Fieg no YouTube, os postulantes apresentaram propostas em diversas áreas. Um ponto em comum é necessidade de industrialização sustentável tanto da capital quanto de Aparecida de Goiânia, aliada ao estabelecimento de parcerias com instituições do Sistema Fieg, em áreas como educação, qualificação profissional e outras.

Respiradores

51 / Integrante de rede voluntária que mobiliza o Sistema Indústria em todo o País, o Senai Goiás atinge marca de cem respiradores mecânicos consertados e beneficia hospitais em 11 municípios goianos. Cada aparelho pode atender até dez pessoas afetadas pelo novo coronavírus.

LOGÍSTICA

70 / O que falta para a Norte-Sul operar? Rumo busca agilizar conclusão de obras rodoviárias.

“O Sistema Fieg tem uma visão moderna, de vanguarda e apontada para o futuro.”

RAFAEL LUCCHESI, diretor de Educação e Tecnologia da CNI, ao participar do 3º Encontro de Educação da Rede Sesi Senai Goiás

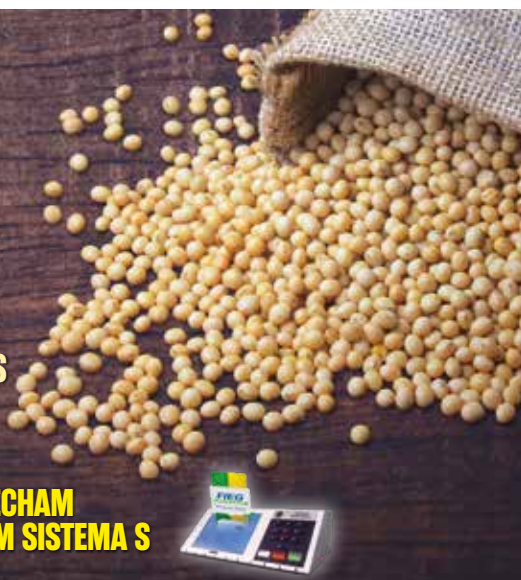
Acesse esses conteúdos completos na revista on-line Pauta Extra



FIM DA FARRA DAS TRADINGS?

MP ENTEDE QUE ESTADO PODE ARRECADAR MAIS INDUSTRIALIZANDO GRÃOS

CANDIDATOS A PREFEITO FECHAM QUESTÃO EM PARCERIA COM SISTEMA S



OPINIÃO

- 5** / Corte no Sesi e Senai penaliza o Brasil, afirma, em artigo, o presidente da Fieg, Sandro Mabel
- 6** / Antônio Almeida sonhava ser presidente da Fieg, revela Dehovan Lima
- 7** / Renata Dos Santos fala de Daniel alfaite e seu tecido social
- 8** / Karolline Fernandes Siqueira, gerente do IST Alimentos e Bebidas, e Thallita Monteiro Teixeira falam do Labmol (Laboratório de Biologia Molecular)
- 9** / As sabatinas da Fieg são assunto de Sulamita Porto, assessora técnica da Fieg

ENTREVISTA

11 / Titular da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia, o juiz Rodrigo Dias da Fonseca analisa o tratamento a ser dado aos trabalhadores contaminados pela Covid-19 em ações movidas na Justiça do Trabalho.

Indústria automobilística

20 / Na esteira da prorrogação dos incentivos fiscais até 2025 pela MP 987, montadoras Mitsubishi, em Catalão, e Caa, em Anápolis, anunciaram investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões nos próximos dois anos em Goiás.



ONDA DA MINERAÇÃO

34 / Lançado pelo governo federal, programa de mineração contempla proposta estratégica da Fieg de industrialização dos bens minerais goianos para agregação de valor.

JUROS MAIS BAIXOS

40 / Parceria entre Fieg, Sistema OCB-GO, Sicoob Engcred e Sicoob Crediadag viabiliza o Projeto Induscred, que oferece linha de crédito com juros mais acessíveis às empresas.

Responsabilidade social

46 / Depois de oito meses de intensa mobilização, quando arrecadou mais de cem toneladas de alimentos e outros produtos, distribuídos para mais de 150 instituições filantrópicas, a Fieg + Solidária dobra a meta até o fim do ano.



Marketing

48 / O Senai, pelo 13º ano consecutivo, e o IEL, pela 7ª vez, dominam o pódio do Pop List como marcas mais lembradas pela população em Goiânia e na Região Metropolitana nas caterorias Curso Profissionalizante e Encaminhamento de Estágio, respectivamente.



CONEXÃO

“Vocês são muito bons, esse modelo de indicadores de eficiência que mostra o custo-aluno do Sesi deveria ser implantado em todo o País.”

CARLOS DA COSTA, secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, ao participar, em Goiânia, de encontro em que conheceu as potencialidades do Sistema Indústria em Goiás.



Federação das Indústrias do Estado de Goiás

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente: Sandro Mabel

Superintendente: João Carlos Gouveia

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Sandro Mabel

Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de
Aprendizagem Industrial

Presidente do Conselho

Regional: Sandro Mabel

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves

Superintendente: Humberto Oliveira

DIRETORIA DA FIEG (2019-2022)

Presidente: Sandro Mabel

1º Vice Presidente:

André Luiz B. Lins Rocha

2º Vice Presidente: Flávio Santana Rassi

3º Vice Presidente:

Antônio de Sousa Almeida

1º Diretor Secretário:

Célio Eustáquio de Moura

2º Diretor Secretário:

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

1º Diretor Financeiro:

Heribaldo Egídio da Silva

2º Diretor Financeiro: José Divino Arruda

Presidente da Fieg Regional Anápolis:

Wilson de Oliveira

Diretores

Alyson José Nogueira

Anastácios Apostolos Dagios

Bruno Franco Beraldi

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Bilemjian Filho

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Enoque Pimentel do Nascimento

Gilberto Martins da Costa

Heitor de Oliveira Neto

Hélio Naves

Jair José de Alcântara

Jair Rizzi

Jaques Jamil Silvério

Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

José Antônio Vitti

José Luiz Martins Abuli

Laerte Simão

Leandro Luiz Stival Ferreira

Marcelo de Freitas Barbosa

Marcos André Rodrigues de Siqueira

Olavo Martins Barros

Otávio Lage de Siqueira Filho

Robson Peixoto Braga

Sérgio Scodro

Wilson de Oliveira

Conselho fiscal

Joaquim Guilherme Barbosa de Sousa

Roberto Elias Fernandes

Otávio Lage de Siqueira Filho

Conselho de representantes junto à CNI

Sandro Mabel

Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Alcides Augusto da Fonseca

Álvaro Otávio Dantas Maia

Alyson José Nogueira

Anastácios Apostolos Dagios

André Lavor Pagels Barbosa

André Luiz Baptista Lins Rocha

Antônio Alves de Deus

Antônio Benedito dos Santos

Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto Viana

Célio Eustáquio de Moura

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Bilemjian Filho

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Gilberto Martins da Costa

Heitor de Oliveira Neto

Hélio Naves

Heribaldo Egídio

Ian Moreira Silva

Jaime Canedo

Jair José de Alcântara

Jair Rizzi

Jaques Jamil Silvério

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

João Essado

José Antônio Vitti

José Carlos Garrote de Sousa

José Divino Arruda

José Lima Aleixo

José Luiz Martin Abuli

José Nivaldo de Oliveira

Laerte Simão

Leopoldo Moreira Neto

Lúcio Monteiro dos Santos

Luiz Antônio Gonçalves Fidelis

Luiz Antônio Vessani

Luiz Carlos de Castro Abreu

Luiz Gonzaga de Almeida

Luzia de Cássia Alencar Siqueira

Marcelo de Freitas Barbosa

Marcelo José Carneiro

Marcelo Reis Perillo

Marcos André R. de Siqueira

Marcus Brandão de Lima e Silva

Mário Barbosa de Arruda

Marley Antônio Rocha

Nicolas Lima Paiva

Olavo Martins Barros

Osnei Valadão Marques

Otávio Lage de Siqueira Filho

Paulo Lobo de Araújo Júnior

Pedro de Souza Cunha Júnior

Plínio Boechat Lopes

Robson Peixoto Braga

Sandro Mabel

Silvio de Souza Naves

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

**Conselho Temático de Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação**

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Flávio Rassi

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

**Conselho Temático de
Relações do Trabalho**

Presidente: Marley Antônio da Rocha

**Conselho Temático de Micro
e Pequena Empresa**

Presidente: Jaime Canedo

**Conselho Temático de
Responsabilidade Social**

Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente: Marduk Duarte

**Conselho Temático de Comércio
Exterior e Negócios Internacionais**

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

**Câmara Setorial da Indústria
da Construção**

Presidente: Sarkis Nabi Curi

**Câmara Setorial de Alimentos
e Bebidas (Casa)**

Presidente: André Lavor P. Barbosa

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

**Comitê da Indústria de Defesa e
Segurança de Goiás (Comdefesa)**

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios

Câmara Setorial da Moda

Presidente: Denise de Oliveira Resende

EXPEDIENTE

**Goiás
Industrial**
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção e Coordenação de jornalismo
Sandra Persijn

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Lima, Sérgio Lessa, Daniela
Ribeiro, Luciana Amorim, Tatiana Reis e
Renata Santos

Colaboração
Januária Guedes Cordeiro

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações e diagramação
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão
Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1710

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62)
3229-2975
Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos
assinados são de responsabilidade
de seus autores e não refletem
necessariamente a opinião da
revista



Corte no Sesi e Senai penaliza o Brasil



“Os cortes são monstruosos e penalizam Sesi e Senai, especialmente neste momento de crise sanitária e quando essas instituições tanto vêm fazendo contra a pandemia da Covid-19, seja consertando respiradores mecânicos, seja confeccionando máscaras de proteção, seja participando de pesquisas relevantes no combate ao novo coronavírus. Só em Goiás, o Senai chegou a 100 respiradores consertados e devolvidos à rede pública de saúde.”

SANDRO MABEL, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai

Anova tentativa anunciada pelo ministro Paulo Guedes, de “enfiar a faca” no Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Senar, Sebrae) é um despropósito maior do que o anterior, que retirou 30% dos recursos destinados às instituições, cujo trabalho é reconhecido internacionalmente. Agora o chefe da Economia do governo Bolsonaro planeja, no pacote que inclui a criação da CPMF, um corte de 40% nas contribuições, que inclusive financiam serviços de atendimento à população carente pelo País.

É um despropósito como é também querer recriar a malfadada CPMF, de que o Brasil custou tanto a se livrar em passado recente.

Os cortes são monstruosos e penalizam Sesi e Senai, especialmente neste momento de crise sanitária e quando essas instituições tanto vêm fazendo contra a pandemia da Covid-19, seja consertando respiradores mecânicos, seja confeccionando máscaras de proteção, seja participando de pesquisas relevantes no combate ao novo coronavírus. Só em Goiás, o Senai chegou a 100 respiradores consertados e devolvidos à rede pública de saúde.

A medida do governo é anunciada em plena execução, em Goiás, do programa Indústria + Forte, pelo qual o Senai, principal parceiro da indústria, abriu mais de 20 mil vagas em cursos gratuitos de qualificação e requalificação profes-

sional para quem perdeu o emprego para a Covid-19. Além de consultorias especializadas para as empresas.

No Sesi, estudantes goianos da educação básica e do ensino médio estão fazendo a diferença com conquistas em torneios de robótica mundo a fora, como recentemente na Nasa, nos Estados Unidos. Agora mesmo, cinco alunos do Sesi Goiás foram vice-campeões no Torneio Sesi de Robótica – Desafio Covid-19. Eles criaram o Limogel, um substituto do álcool em gel à base de casca de laranja que não resseca as mãos e evita acidentes domésticos, como incêndios, que tiveram aumento de 60% desde o início da pandemia. No mesmo pódio, garotos do Sesi de São Paulo inventaram um filtro sanitizante para vasos sanitários e outros de Sergipe desenvolveram um sistema que utiliza a luz UV para a desinfecção de transportes privados.

Isso é criatividade, inovação, ciência, é o futuro, que o governo não tem para oferecer e, a pretexto de fazer reforma tributária, quer acabar com uma canetada.

Presentes em quase todo o Estado de Goiás, com 30 unidades fixas, vários núcleos e unidades móveis, o Sesi e o Senai vêm ameaçada sua produção este ano caso ocorra esse corte de recursos. Até agosto, o Senai já havia efetivado mais de 90 mil matrículas em seus cursos, com meta de chegar a 115 mil até o fim do ano. Isso, sem

falar nos serviços de tecnologia e inovação, que ajudam as nossas indústrias a ter qualidade e competitividade no mercado.

O Sesi, também até agosto, já totaliza mais de 22 mil matrículas no ensino regular, Educação de Jovens e Adultos, educação continuada e outras modalidades. A meta, de dobrar este número até o fim do ano, já está comprometida com a ameaça de corte.

Na área da saúde, o Sesi já atendeu este 146 mil pessoas em diversos tipos de ações e mais de 3.500 empresas.

Qual será o futuro desses serviços diante dessa nova ameaça? Um corte dessa magnitude implica em fechar escolas, mandar alunos e professores embora, diminuindo a capacidade do setor produtivo de fazer treinamento avançado, especialmente para a indústria 4.0. Isso vai prejudicar o Brasil. Centenas de milhares de alunos deixarão de ter escolas, de fazer treinamento, a maioria gratuita. Projeções iniciais apontam para uma redução de até 60% no número de unidades, com sacrifício de demissão de funcionários no mesmo patamar.

Tudo isso é injustificável, já que os recursos do Sistema S não constituem dinheiro público, são contribuições que as empresas pagam para prestação de inúmeros serviços para elas mesmo. ■

Artigo publicado no jornal O Popular, em 27/09/2020

Antônio Almeida, presidente da Fieg

“Vice-presidente desde os tempos de José Aquino Porto, passando pelas gestões de Paulo Afonso Ferreira, Pedro Alves de Oliveira e Sandro Mabel, Antônio Almeida teve participação ativa na entidade maior de representação da indústria goiana, como defensor intransigente dos interesses de seu segmento, a indústria gráfica.”



DEHOVAN LIMA, jornalista, editor de Publicações do Sistema Fieg

Antônio de Sousa Almeida poderia ter sido presidente da Fieg? Era um dos grandes sonhos dele, como fora também a cadeira na Academia Goiana de Letras, que lamentavelmente não conseguiu, como conta o jornalista Iuri Godinho, no artigo *Réquiem para o maior editor de livros da história de Goiás*, publicado na **Goiás Industrial Pauta Extra**.

Leia aqui:



Mas ele foi, sim, presidente da federação – por diversas vezes e muito bem. Vice desde os tempos do saudoso José Aquino Porto, passando pelas gestões de Paulo Afonso Ferreira, Pedro Alves de Oliveira e Sandro Mabel, Antônio Almeida teve participação ativa na entidade maior de representação da indústria goiana, como defensor intransigente dos interesses de seu segmento, a indústria gráfica.

Vítima de um câncer na coluna, agravado pela Covid-19, que o levou aos 69 anos, dia 21 de agosto, ele viveu a história contemporânea do Sistema Fieg, onde começou ativa militância há cerca de 30 anos, quando ingressou no Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás, o Sigego, uma das cinco entidades criadoras da Federação e que ele presidiu por mais de duas décadas.

Essa longevidade no cargo o deixava “envergonhado”, em suas próprias palavras.

“Quando se faz alguma coisa, as pessoas não querem que você saia”, justificara ele em entrevista ao **Memorial da Indústria**, projeto criado pela Fieg e destinado a divulgar, integrar e preservar a história e a memória da indústria goiana.

“Tivemos muitas vitórias, conquistas, melhorias, poucos percalços”, completara, citando com destaque os avanços do Senai na formação de mão de obra e serviços técnicos e tecnológicos. Não por acaso, na condição de vice-presidente da federação, ele comandou por diversas vezes os Conselhos Regionais do Senai e do Sesi, com colaboração decisiva na melhoria dos serviços prestados pelas instituições à indústria e à comunidade.

Sobre ser presidente da Fieg, de fato e de direito, na condição de colaborador do Sistema longo como ele, diversas vezes testemunhei involuntariamente manifestações dessa aspiração. Às vésperas de eleição ou nas muitas vezes em que foi presidente substituto eventual, ele aparecia na Ascom, na Casa da Indústria, onde era recebido pelo amigo comum, o jornalista Jávier Godinho, que o saudava como “presidente”, ao que respondia invariavelmente: “Vai falando, Jávier, você é um sábio, Deus te ouça!” Houve outras incondições semelhantes, as quais não revelo porque não fui autorizado e pelo temor – admito – de ele puxar meu pé à noite.

Brincadeira à parte, Antônio Almeida era empresário irrequeto, de espírito voltado ao voluntariado e às causas sociais, o que o levou a presidir o Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores-Fieg), um dos mais antigos da federação, desde sua criação, em 2004. Uma atuação auspiciosa, um legado, com realizações de projetos como o propulsor de ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas indústrias, alavancador do Terceiro Setor, entre outros. Por possibilitar tantas iniciativas assim, ele considerava a Fieg “uma escola, uma verdadeira universidade, onde se faz graduação e pós-graduação, acompanhando toda sua história.”

Dono da Editora Kelps, Antônio Almeida foi um dos pioneiros da “indústria do livro” em Goiás e referência no Estado e no País por seu diversificado portfólio de publicações, com forte atuação no meio cultural goiano, chamado mesmo de “mecenas”, pelo incentivo e patrocínio a atividades artísticas e culturais.

Além de vice-presidente da Fieg e presidente do Sigego, o empresário foi ainda diretor de administração da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) e também presidente do Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (Ibraceds), organização civil que administra mais de 30 escolas técnicas em várias localidades de Goiás. ■

Daniel alfaiate e seu tecido social

“ Não adianta dar um grau nas fachadas se a região não for encarada como patrimônio urbano, ambiental e de narrativas de seres humanos que moram, trabalham ou transitam. Que o Centro, vida que pulsa com relações e sujeitos reflexos do espírito de uma época – como o alfaiate Daniel Viana – respire novamente! ”

RENATA DOS SANTOS, jornalista



O coração do alfaiate Daniel Viana parou aos 96 anos em 23 de agosto, num dia da semana sem expediente de trabalho em seu ateliê no Centro e na Fieg, onde era diretor há décadas. Retrato de seu tempo, saberes e fazeres marcaram a trajetória do alfaiate formado em Direito pela UFG, que deixou falar mais alto a paixão por alfinetes e dedais do ofício aprendido aos 12 anos. A sua habilidade com tesoura, tecidos e medidas para moldar corpos e aparências foi também arma para reinvenção, produção de sentidos e luta de classe.

Vestido de calça e camisa social com direito a gravata na atualidade do jeans e da camiseta, Daniel Viana manteve a elegância que foi um traço de sua loja na Praça do Bandeirante, a Capital Modas. O reduto pioneiro na capital, que vendia roupas sob medida para homens e mulheres na época da Goiânia do famoso “footing”, vaivém de rapazes e moças, precisou fechar por transformações econômicas como o boom das confecções industriais e caseiras.

A solução foi abrir, em 1977, o pequeno ateliê Daniel Alfaiate, na Galeria Central, numa das poucas salas de galerias que, em vez da placa “aluga-se”, manteve-se aberta nos últimos anos. O tapete de entrada com o slogan “Bem Vestido, Bem Sucedido” traz o nome Daniel Alfaiate, bem como o letreiro da fachada. Isso remete a um período onde, em Paris ou no Rio

de Janeiro, as butiques também traziam o nome do proprietário. Sagas locais como a do alfaiate Daniel denotam atitudes individuais e coletivas que se sobrepõem a efeitos como o da alienação.

Tendo a moda e a cidade como pano de fundo, Daniel Viana costurava seu tecido social. Num jogo de novo e antigo, a robustez de seu velho e pesado ferro de passar roupa contrastava com outro moderno, a vapor, na mesa de corte; o celular moderno e o conjunto de móveis de imbuia maciça carregado de sobriedade. O papel de parede gasto pelo tempo remetia à decoração e ao mobiliário clássicos de comércios ingleses, renovado pela boa conversa com que o dono do negócio recebia clientes de diferentes gerações.

Sua trajetória inspira um grito por medidas urgentes diante da quebradeira de lojas, prestadores de serviços e ambulantes na região central. O eco teria como alvo principalmente os políticos de terno, muitos deles anciões e clientes dos fazedores de terno, reformadores de roupa, conservadores de sapatos e relógios, queijeiros do mercado ou vendedores de badulaques na banca de camelô preferida.

A saúde mental de comerciantes e habitantes do Centro tem sido colocada à prova pelo medo da contaminação, bombardeio de sirenes de ambulâncias e dor da perda dos que partem sem direito a velório. Muitos se foram sem ver a florada

dos ipês que invade nesta estação a Avenida Anhanguera. Não bastasse a crise desencadeada pela Covid-19, o cenário obscuro de abandono e descaso que afeta a população do Centro e negócios ganha-pão da nova ou velha guarda tem sido agravado por obras excessivamente demoradas. A reforma da Rua do Lazer durou quase um ano e a atual obra da Avenida Goiás se arrasta por quase um semestre.

Mas o brilho perdido da vitrine da loja do alfaiate Daniel, o mesmo que ainda ilumina ofícios que resistem ao tempo, é um problema global dos centros urbanos. A diferença é que em São Paulo ou Lisboa, por exemplo, existem investimentos efetivos e constantes do poder público em turismo, lazer e cultura. Além de dar fôlego ao enfrentamento de crises, tais políticas ainda são a esperança para que voltem para as ruas da figura do “flâneur”, andarilho encantado com a modernidade do início do século cujo olhar sente a aura e a poesia da cidade e transforma objetos e sensações do meio urbano em arte e experiência estética.

Não adianta “dar um grau” nas fachadas se a região não for encarada como patrimônio urbano, ambiental e de narrativas de seres humanos que moram, trabalham ou transitam. Que o Centro, vida que pulsa com relações e sujeitos reflexos do espírito de uma época – como o alfaiate Daniel Viana – respire novamente! ■

Laboratório de biologia molecular para diagnóstico de Covid-19, a boa-nova do Senai

“O LabMol tem como objetivo tornar-se um núcleo de referência em biologia molecular de alimentos no Brasil, tendo como diferencial a busca constante pela inovação tecnológica, clínica e industrial, garantindo o suporte necessário para que as indústrias do Estado de Goiás mantenham-se competitivas no cenário nacional e internacional por meio da garantia da qualidade.”



KAROLLINE FERNANDES SIQUEIRA, gerente do IST Alimentos e Bebidas, e **THALLITA MONTEIRO TEIXEIRA**, analista de STI, responsável técnica do Labmol-IST

Desde o início da pandemia até os dias de hoje, o Estado de Goiás confirmou mais de 232 mil casos de Covid-19. A testagem da população para o vírus Sars-CoV-2, causador da doença, sempre foi um desafio, seja inicialmente pela falta de testes e recursos ou pelas dificuldades atuais de gerenciamento.

Assim, engajado no enfrentamento à pandemia, o Sistema Fieg a cada momento anuncia uma boa-nova nessa luta desafiadora. Da qualificação profissional à tecnologia e inovação, saúde e qualidade de vida, Senai e o Sesi dão contribuição valiosa no combate ao coronavírus. Durante a crise, as instituições mobilizaram-se e produziram cerca de 12 mil face shields, 32 mil máscaras e 1,1 mil vestimentas. Além disso, 100 respiradores foram consertados pela equipe do Senai. Agora estamos diante da perspectiva de o Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, em Goiânia, tornar-se grande reforço para a atuação contra a doença, potencializando o atendimento em tratamento precoce já vem feito pelo Sesi, que realiza testes rápidos para identificar a presença de anticorpos produzidos contra o vírus Sars-CoV-2. A iniciativa visa ao gerenciamento epidemiológico e ao combate à pandemia, identificando indivíduos possivelmente contaminados e também já recuperados.

Por meio da integração à Rede de

Biologia Molecular do Senai Nacional, nosso IST poderá realizar por dia mais de 700 testes moleculares, por meio da técnica RT-qPCR, considerada “padrão ouro” ou “padrão de referência”, que identifica o vírus e confirma a Covid-19. Uma estrutura laboratorial robusta equipamentos de última geração vão garantir a eficácia e acurácia dos resultados. Além disso, o Laboratório de Biologia Molecular do Senai (LabMol) prevê a liberação de resultados em tempo hábil de até 24 horas, contribuindo assim para um diagnóstico rápido e seguro.

O LabMol também apoiará as indústrias na retomada das atividades, reforçando a segurança e a higienização adequada por meio do monitoramento ambiental do vírus Sars-CoV-2 (coronavírus). Para isso, o IST criou o Projeto Senai Zero COV, que conta com protocolos de monitoramento ambiental mediante testagem para Covid-19 em superfícies de locais de uso/toque comuns passíveis de contaminação, como maçanetas de portas, mesas, cadeiras, esteiras, entre outros.

O Projeto Senai Zero COV também proverá para indústrias exportadoras a garantia e a certificação que tanto o local quanto as embalagens dos produtos comercializados estão livres de contaminação por Sars-CoV-2, facilitando a comercialização no mercado interno e externo e melhorando a visibilidade da

empresa no contexto internacional. Além disso, o LabMoL poderá monitorar toda a etapa de transporte dos produtos, certificando a não contaminação por parte da transportadora.

O Projeto Senai Zero COV dará, ainda, suporte à reabertura das escolas via monitoramento ambiental, testando salas de aula, pátios, mesas, cadeiras, maçanetas e outras fontes mais suscetíveis de contaminação.

O Senai disponibilizará todo o suporte técnico e clínico para a coleta e análise. Assim, as empresas, indústrias, escolas, lojas, shoppings e outros estabelecimentos terão a oportunidade de testar a eficácia de seus processos de sanitização, implementando melhorias e garantindo a saúde de seus alunos, colaboradores, ambientes e produtos.

O Laboratório de Biologia Molecular do Senai está à disposição para parcerias com laboratórios e postos de coleta de análises clínicas que queiram realizar o exame molecular (RT-qPCR) a preços acessíveis e buscam por resultados confiáveis em até 24 horas. ■

Leia mais no site do Senai



Fieg Sabatina, momento democrático de expor ideias

“A sabatina da Fieg possibilitou aos goianienses e aparecidenses conhecer melhor as propostas dos candidatos que desejam governar suas cidades a partir de janeiro de 2021.”

SULAMITA DE AQUINO PORTO, assessora técnica da Fieg



Em novembro deste ano, os brasileiros mais uma vez vão às urnas para escolher quais candidatos representam melhor seus interesses e do município.

É no espaço da cidade que acontece o cotidiano das pessoas e onde são aplicadas as políticas públicas que mais influenciam a vida do cidadão, exercendo os prefeitos e vereadores um importante papel nesse contexto. Nos municípios, é possível que o cidadão tenha maior proximidade com os gestores públicos, se comparamos com os âmbitos estaduais e federais. Assim, é mais simples fiscalizar e acompanhar a execução das políticas públicas que tanto nos afetam.

Nas eleições municipais, a relação é muito mais próxima entre eleitor e candidatos, que às vezes até se conhecem, o que permite maior contato.

As eleições municipais deste ano, em função da pandemia do novo coronavírus, impuseram um distanciamento dos candidatos, que necessitam de mecanismos alternativos para a exposição de suas plataformas de governo. As formas de realizações de campanhas tiveram que ter outro perfil.

As medidas necessárias para diminuir as aglomerações tendem a afetar um processo que normalmente se baseia em ações presenciais. É o caso de comícios, atos públicos e da campanha corpo a corpo.

Com restrições físicas, candidatos e partidos são obrigados a se reinventar para migrar suas campanhas.

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás, atenta a este momento e acreditando que a escolha do prefeito refletirá no futuro de Goiânia e Aparecida de Goiânia, criou o Fieg Sabatina, possibilitando que todos os candidatos a prefeito das duas cidades, independentemente da filiação partidária, expusessem suas propostas, principalmente no que se refere ao setor produtivo, permitindo que os eleitores possam tomar decisões com base em informações.

As sabinas da Fieg, realizadas em setembro e outubro, abriram espaço para os 16 candidatos a prefeito de Goiânia e 2 de Aparecida de Goiânia. Por motivo de agenda pessoal, um candidato a prefeito da capital não compareceu. Cada um deles foi questionado pelo período de uma hora. As perguntas foram formuladas pela equipe técnica da Fieg, presidentes dos Sindicatos e Conselhos Temáticos, jornalistas e empresários.

Após exposição das regras e das boas-vindas pelo presidente Sandro Mabel, ou um outro diretor da entidade, as questões são formuladas pela gerente de Comunicação da Fieg, Sandra Tokarski Persijn.

Alex Malheiros



► Fieg Sabatina: instrumento de informação

A sabatina da Fieg possibilitou aos goianienses e aparecidenses conhecerem melhor as propostas dos candidatos que desejam governar suas cidades a partir de janeiro de 2021.

Em um ambiente democrático, várias propostas foram apresentadas para resolver os problemas de Goiânia e Aparecida de Goiânia, sendo enfatizado por todos a importância da parceria com o Sistema S nas áreas de educação e saúde. A participação de líderes empresariais, presidentes de sindicatos da indústria e imprensa foi oportunizada através da plataforma Zoom, bem como foi realizada transmissão ao vivo via YouTube.

A partir de uma decisão madura refletida e consciente, o eleitor possibilitará um futuro melhor para nossas cidades. ■



“ Em conclusão, penso que, nos termos da legislação vigente, em princípio a Covid-19 não deve ser considerada doença ocupacional. No entanto, conforme a casuística, a atividade do empregador, o serviço do empregado e as medidas de prevenção adotadas, é possível a caracterização dessa moléstia pandêmica como doença do trabalho ou profissional”

Afinal, a Covid-19 é doença do trabalho?

*Polêmicas, controvérsias e interpretações muitas vezes contraditórias de medidas legais não são exatamente uma novidade no mundo jurídico. Além de todos seus impactos desastrosos sobre a saúde e para a economia, a pandemia do novo coronavírus acirrou as discussões sobre o tratamento a ser dado aos trabalhadores contaminados em ações eventualmente movidas no âmbito da Justiça do Trabalho. “Nessa sucessão de situações desconhecidas e desafiantes, surgiu uma relevante controvérsia: a contaminação pelo novo coronavírus por um empregado deve ser considerada doença ocupacional?”, questiona o juiz do Trabalho e titular da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia (TRT da 18ª Região), **Rodrigo Dias da Fonseca**. Em sua interpretação, “nos termos da legislação vigente, em princípio a Covid-19 não deve ser considerada doença ocupacional”. Ele pondera, no entanto, nesta entrevista à **Goiás Industrial**, que, observada a “casuística, a atividade do empregador, o serviço do empregado e as medidas de prevenção adotadas, é possível a caracterização dessa moléstia pandêmica como doença do trabalho ou profissional”. Mais claramente, acrescenta ainda, “o contágio da Covid-19, em princípio, não é considerado doença ocupacional, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.” O entendimento não exime empregadores de providenciarem meios e instrumentos para preservar a saúde e reduzir os riscos de contágio no ambiente de trabalho. Assim, prossegue Fonseca, “sendo direito fundamental dos empregados a ‘redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança’, o desatendimento pelo empregador da implementação de medidas de prevenção do contágio nesses ambientes de maior circulação de pessoas fará presumir, em caso de contaminação do empregado, a doença ocupacional”.*

Goiás Industrial – *Como juízes, procuradores, advogados e estudiosos do Direito do Trabalho têm avaliado o contágio da Covid-19 por empregados, ao longo dessa pandemia?*

Rodrigo Dias da Fonseca – Estamos, em regra, nos situando ainda, buscando compreender esse novo panorama que estamos vivenciando. Nos últimos tempos, a expressão “o novo normal” passou a ser utilizada para se referir a mudanças de comportamento e paradigmas como mecanismo de adaptação aos efeitos da pandemia da Covid-19. No âmbito jurídico, não é diferente: uma nova realidade se descortina, sob um estado de calamidade pública oficial, nos termos do Decreto Legislativo nº 6/2020, a exigir distinto enfoque jurídico e novas interpretações de disposições legais. Nessa sucessão de situações desconhecidas e desafiantes, surgiu essa relevante controvérsia: a contaminação pelo novo coronavírus por um empregado deve ser considerada doença ocupacional? Essa talvez seja a questão mais tormentosa nesse momento.

Goiás Industrial – *E qual sua avaliação?*

Rodrigo Dias da Fonseca – Note, nós vivemos uma pandemia, de modo que, conceitualmente, há uma disseminação generalizada do novo coronavírus, que afeta todo o planeta. Nesse cenário, é inviável precisar em que situação, lugar ou momento o empregado tenha contraído o vírus, sendo possível que tenha ocorrido em serviço ou fora dele. Eu ousaria afirmar que essa importante questão, própria da atual conjuntura, tem sido tratada de forma inadequada e pouco técnica na grande imprensa, o que é um grande problema.

Em março passado, dentre as primeiras providências tomadas em combate aos efeitos negativos que a pandemia ameaçava causar à atividade econômica e preservação de empregos, foi editada a Medida Provisória nº 927, cujo artigo 29 não trazia nenhuma novidade ou excesso. Aquele artigo definia que “os casos de contaminação pelo coronavírus (Covid-19) não serão considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal”. Essa redação deu margem à interpretação equivocada e generalizada nos meios de comunicação de impossibilidade de se considerar a natureza ocupacional da Covid-19. Premido por uma realidade em que os assim designados profissionais da linha de frente de combate à pandemia, principalmente médicos e enfermeiros, obviamente poderiam se contaminar em serviço, o Supremo Tribunal Federal suspendeu liminarmente a eficácia do artigo, no

juízo de quatro das Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Goiás Industrial – *A liminar do Supremo trouxe que tipo de consequências?*

Rodrigo Dias da Fonseca – A decisão do STF causou enorme insegurança jurídica, especialmente por sua intensa divulgação imprecisa, como se, a partir dela, qualquer caso de contágio sofrido por um empregado implicasse necessariamente a doença do trabalho. Essa má compreensão provocou apreensão entre os empresários, impotentes para evitar o contágio, porém responsabilizados em caso de sua ocorrência. Nada disso era necessário. A legislação brasileira possui, há décadas, dispositivo capaz de resolver adequadamente a questão, bastando que lhe seja conferida a interpretação que a própria lei determina. Note, a Lei nº 8.213/91, a Lei de Benefícios do INSS, dispõe em seu art. 20, §

1º, alínea d, que “não são consideradas como doença do trabalho”, dentre outras, “a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho”.

Doença endêmica é aquela própria, típica de uma região, certo? Por exemplo, a malária, na região amazônica. A pandemia vai além nessa escala, para abarcar todas as regiões da Terra. Assim, o tratamento jurídico conferido a uma endemia, na sua região específica, evidentemente deve ser o mesmo dado à pandemia, no contexto global. Dessa maneira, não havendo previsão legal específica para a classificação da

doença epidêmica, sob o ponto de vista trabalhista e previdenciário, cabe o recurso à analogia, como forma de suprimimento dessa lacuna, consoante preconizado na lei. O artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro determina o seguinte: “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

Logo, o contágio da Covid-19, em princípio, não é considerado doença ocupacional, “salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho”, nos termos da lei. Por outros termos, é necessária a demonstração do nexo de causalidade entre o contágio e o trabalho exercido, a fim de se reconhecer a natureza ocupacional da doença. Ironicamente, era precisamente esse o teor do mal compreendido artigo 29 da Medida Provisória 927 a que me referi.

“ A legislação brasileira possui, há décadas, dispositivo capaz de resolver adequadamente a questão, bastando que lhe seja conferida a interpretação que a própria lei determina. Com efeito, dispõe a Lei nº 8.213/91 (Lei de Benefícios do INSS), em seu art. 20, § 1º, alínea d, que “não são consideradas como doença do trabalho”, dentre outras, a doença endêmica ”

Goiás Industrial – E como se faria essa demonstração do nexo de causalidade entre a doença e o trabalho?

Rodrigo Dias da Fonseca – Bem, como afirmei antes, a demonstração cabal e objetiva do local em que se tenha dado o contágio é impossível em uma pandemia. Essa comprovação dependerá sempre de um juízo de presunções e probabilidades, analisada cada situação concreta e, em juízo, mediante aplicação das “regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece”, conforme o artigo 375 do Código de Processo Civil. Ilustrativamente, no clássico exemplo dos empregados em hospitais, em especial aqueles que mantêm contato com os portadores do novo coronavírus, eventual contaminação faz presumir a doença do trabalho ou profissional, pois é evidente a maior probabilidade de o contágio ter-se dado no ambiente laboral. Inversamente, se um empregado em um escritório de advocacia – e cogito aqui de empregador que tome as devidas cautelas e medidas de prevenção do contágio – for contaminado, não se deve presumir a natureza ocupacional da moléstia.

Goiás Industrial – Mas não haverá casos em que, em vista do ambiente de trabalho e a própria atividade empresarial desenvolvida, não será tão simples fazer essa avaliação com base em presunções?

Rodrigo Dias da Fonseca – Por certo, haverá hipóteses em que permanecerá dúvida acerca da origem laboral do contágio, como nos casos de empregados que mantenham contato frequente com o público, caso de trabalhadores em supermercados, padarias etc. Nesse particular, penso que, avaliada casuisticamente cada situação, é imprescindível investigar se foram ou não adotadas as providências básicas de precaução contra o contágio no ambiente de trabalho. Temos observado casos de empregadores que disponibilizam e exigem o uso de máscaras e álcool em gel no ambiente de trabalho; limitam o acesso simultâneo de pessoas ao estabelecimento; respeitam o distanciamento interpessoal de seus empregados e destes com os clientes; e até criam barreiras físicas para proteção pessoal dos empregados. Nessas situações, entendo que não cabe presunção de que eventual contágio seja associado ao trabalho, por duas razões: primeiro, é de fato mais provável, ante todas as precauções adotadas, que a contaminação tenha se dado em outros ambientes e momentos do cotidiano pessoal do empregado; e também porque entendimento diverso desestimularia a adoção pelo empregador dessas medidas preventivas tão importantes e

não raro dispendiosas. Por outro lado, sendo direito fundamental dos empregados a “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança” (Constituição Federal, artigo 7º, XXII), o desatendimento pelo empregador da implementação de medidas de prevenção do contágio nesses ambientes de maior circulação de pessoas fará presumir, em caso de contaminação do empregado, a doença ocupacional. Convém sempre ressaltar que cada situação apresenta peculiaridades que podem influenciar na confirmação ou superação da presunção inicialmente cogitada.

Goiás Industrial – Como o sr. avalia as reações à recente portaria do Ministério da Saúde, alterando a relação de doenças no trabalho?

Rodrigo Dias da Fonseca – Achei desnecessária. Nessa conjuntura de dúvidas e incertezas, a publicação da Portaria nº 2.309 causou tumulto e celeuma inúteis. Veja, a ementa da portaria enuncia que ela “atualiza a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT)”. Foi acrescida a essa lista o agente ou fator de risco “Coronavírus SARS-CoV-2 em atividades de trabalho” e, como “doença relacionada ao trabalho”, textualmente, “Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)”. Não me parece haver nada de extraordinário na portaria. O agente patológico indicado, o vírus que infelicitou a humanidade na quadra em que vivemos, é expressamente referido como aquele adquirido “em atividades de trabalho”, deixando clara a possibilidade de contágio fora

desse ambiente. No entanto, foi criado artificialmente um imenso alvoroço, ganhando ampla divulgação a informação de reconhecimento da natureza ocupacional da Covid-19. Ademais, a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho destina-se, no âmbito da saúde, à orientação aos gestores e servidores vinculados ao Ministério da Saúde, especialmente os que lidam com o Sistema Único de Saúde (SUS). Não há, ali, nenhuma regra indicativa de causalidade ou configuração de doença ocupacional, para fins trabalhistas e previdenciários. Aliás, veja, o Decreto nº 3.048/99, que aprova o Regulamento da Previdência Social (RPS), dispõe em seu artigo 337, § 3º: “Considera-se estabelecido o nexo entre o trabalho e o agravo quando se verificar nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID) em conformidade com o disposto na Lista C do Anexo II deste Regulamento.” Como o Anexo II do RPS não sofreu

“Vivemos uma pandemia, de modo que, conceitualmente, há uma disseminação generalizada do novo coronavírus, que afeta todo o planeta. Ante tal cenário, é inviável precisar em que situação, lugar ou momento o empregado tenha contraído o vírus”

alteração, toda a celeuma provocada pela Portaria nº 2.309 é vazia.

Goiás Industrial – *Essa portaria foi revogada no dia seguinte pelo próprio Ministério do Trabalho. Quais as consequências dessa revogação?*

Rodrigo Dias da Fonseca – Segue a Covid-19 ausente da lista de doenças ocupacionais prevista no regulamento do INSS. Aliás, até acho que seria conveniente que essa doença fosse acrescida ao anexo II do Decreto nº 3.048/99, ante a possibilidade fática de o contágio derivar do ambiente de trabalho ou da natureza da atividade do empregado. Embora, a meu sentir, a ausência dessa previsão não impeça a concessão do benefício acidentário, a omissão cria dificuldades de ordem administrativa de proceder-se a esse devido enquadramento.

Goiás Industrial – *Mas isso não geraria justamente essa incompreensão e a interpretação equivocada que gera a sensação de insegurança jurídica?*

Rodrigo Dias da Fonseca – Desde que seja feito com o devido cuidado e com a correta divulgação e informação, não. Certamente a inserção da Covid-19 na lista oficial das doenças profissionais ou do trabalho requer certas cautelas. Ainda que tecnicamente fosse desnecessário, seria oportuno que se deixasse muito claro que a medida não significaria o reconhecimento prévio da Covid-19 como doença ocupacional. Juridicamente, nem seria mesmo possível que o decreto procedesse a um enquadramento de doença do trabalho à margem do que dispõe a lei regulamentada. Todavia, a experiência recente aconselha que até mesmo interpretações absurdas sejam prévia e expressamente rechaçadas, para evitar o alarde e a desinformação que de fato geram a incômoda e perniciosa sensação de insegurança jurídica.

Goiás Industrial – *Sendo assim, o que o senhor pensa da determinação da fiscalização do trabalho para emissão da CAT nos casos de contaminação dos empregados pelo novo Coronavírus?*

Rodrigo Dias da Fonseca – Em princípio, considero açodada essa exigência, pelas razões que expressei anteriormente. Nada obstante, mesmo nesse campo tem prevalecido certa incompre-

“ Por outro lado, sendo direito fundamental dos empregados a “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança” (Constituição Federal, artigo 7º, XXII), o desatendimento pelo empregador da implementação de medidas de prevenção do contágio nesses ambientes de maior circulação de pessoas fará presumir, em caso de contaminação do empregado, a doença ocupacional ”

ensão: a emissão da CAT não implica reconhecimento prévio do acidente ou doença do trabalho, tampouco sua ausência significa que tais infortúnios não tenham ocorrido. Vale dizer: desde que a Perícia Médica Federal identifique o nexo causal entre o trabalho e a enfermidade, pela verificação do nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a doença sofrida pelo trabalhador, pode haver o reconhecimento da doença ocupacional, mesmo não emitida a CAT, ou ainda a descaracterização da moléstia, a despeito de sua emissão. Claro que, de certo modo, a emissão da CAT faz presumir o acidente ou doença do trabalho, gerando custos ao empregador: possível aumento da alíquota de recolhimento da GIL-RAT, o antigo Seguro de Acidente de Trabalho – SAT; o recolhimento do FGTS durante o afastamento do empregado, além da estabilidade de um ano no emprego, em caso de

afastamento superior a 15 dias. Nesse passo, a Portaria 2.309 foi interpretada erroneamente justamente no sentido de que serviria para comprovar o nexo causal entre o contágio da Covid-19 e o trabalho. Por tanta confusão gerada, achei positivo, nas circunstâncias dadas, a supressão, um dia depois de sua publicação, de seus efeitos por nova portaria. Infelizmente, isso também gera desinformação, provoca a impressão oposta, igualmente equivocada, de inviabilidade de configuração da doença ocupacional.

Goiás Industrial – *A contaminação pelo novo Coronavírus pode gerar indenização por danos morais no contexto trabalhista?*

Rodrigo Dias da Fonseca – Eu diria que somente cabe cogitar danos

morais ao emprego, num contexto de pandemia, se o empregador for relapso, imprudente, deixar de tomar as medidas básicas, que a esta altura todos nós conhecemos muito bem, para prevenção do contágio. Fora dessa hipótese, não me parece de modo algum cabível qualquer indenização, à margem de qualquer culpa ou mesmo possibilidade de o empregador evitar que seu empregado seja contaminado. Afinal, numa pandemia, o contágio, como já disse e por definição, ocorre em qualquer lugar e momento.

Goiás Industrial – *Em conclusão, então, o senhor afirmaria que a Covid-19 não é doença do trabalho?*

Rodrigo Dias da Fonseca – Olhe, penso que, nos termos da legislação vigente, em princípio a Covid-19 não deve ser con-

siderada doença ocupacional. No entanto, conforme a casuística, a atividade do empregador, o serviço do empregado e as medidas de prevenção adotadas, é possível a caracterização dessa moléstia pandêmica como doença do trabalho ou profissional. E por isso mesmo, aliás, os empregadores devem dar toda atenção às medidas de prevenção, cuja adoção afasta a noção de negligência que poderia torná-los civilmente responsáveis pelo contágio de seus empregados. ■

“É necessária a demonstração do nexo de causalidade entre o contágio e o trabalho exercido, a fim de se reconhecer a natureza ocupacional da doença. Ironicamente, era precisamente esse o teor do mal compreendido artigo 29 da Medida Provisória 927”



ESCOLA DE NORMAS ON-LINE IEL

O PROFISSIONAL EM NORMAS TÉCNICAS GANHOU AINDA MAIS IMPORTÂNCIA NA RETOMADA DA ECONOMIA. E O MERCADO PASSOU A TER MAIS ESPAÇO PARA ESSES ESPECIALISTAS.

© IEL GOIÁS
PODE TE CAPACITAR
PARA VOCÊ APROVEITAR
AS OPORTUNIDADES.

Instagram @ielgo Facebook /ielgooficial

linkme.bio/ielgo



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



► **Descompasso:** produção goiana de soja cresceu 80% desde 2008, mas exportações do grão saltaram mais do que o dobro e já representam 52% da safra

MP RECOMENDA AO GOVERNO DE GOIÁS TRIBUTAR A EXPORTAÇÃO IN NATURA DE GRÃOS

Promotor sugere medida menos de um mês após participar de agenda de visitas a indústrias goianas, promovida pela Fieg, e prevê aumento da arrecadação do Estado em quase R\$ 1 bilhão

.....
Dehovan Lima
Fotos: Alex Malheiros

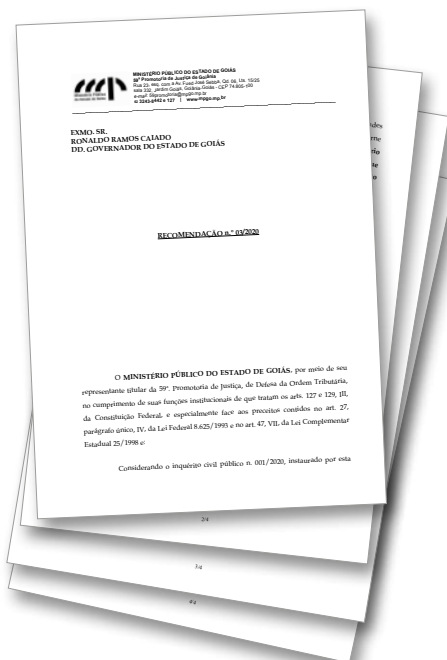


► **Fernando Krebs, durante visita à Caramuru Alimentos, em Itumbiara: aumentar arrecadação do Estado**

O Ministério Público do Estado de Goiás, por meio do titular da 59ª Promotoria de Justiça, de Defesa da Ordem Tributária, Fernando Krebs, recomendou ao governador Ronaldo Caiado, em caráter de urgência, estudos no sentido de tributar a exportação in natura de grãos em Goiás, a exemplo do que já ocorre em Mato Grosso do Sul. Segundo despacho do promotor, expedido dia 3 de novembro, as medidas podem ser adotadas no âmbito do projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa (PL n. 1176, de 10 de janeiro de 2019, de autoria dos deputados Vinícius Cirqueira, do Pros, e Humberto Aidar, do MDB) ou na forma proposta pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), seguindo o modelo do Decreto n. 11.803, de 23/02/2005.

A recomendação do Ministério Público contempla um dos pilares da Fieg, voltado para a industrialização em Goiás de grãos produzidos no Estado, com agregação de valor, na trincheira da verdadeira guerra contra o que o presidente da Federação, **Sandro Mabel**, denomina “*farra das tradings*” – de incentivos fiscais para exportar grãos sem qualquer processamento, numa política de desestímulo à industrialização. Essa, aliás, é uma das considerações feitas por Fernando Krebs, para quem “as empresas exportadoras, trades e multinacionais que se dedicam à exportação in natura de grãos estão promovendo a desindustrialização de Goiás, o que comprometerá o desenvolvimento do Estado.”

Para o presidente da Fieg, caso seja acatada pelo governo, a recomendação de Fernando Krebs será uma grande conquista não apenas para a indústria goiana, mas para o Estado ao promover justiça tributária, elevar a arrecadação e gerar desenvolvimento socioeconômico. “Estamos



**Leia mais
no Portal do
Sistema Fieg**





deixando de industrializar nosso 'ouro', que são nossos principais produtos agrícolas, para incentivar a exportação.”

No documento de quatro páginas enviado ao governador, Krebs encampa a proposta formulada pela Fieg e estudo a ele apresentado durante visita à Caramuru Alimentos, em Itumbiara (*leia matéria nas páginas 20 a 23*), destinados a “aumentar a arrecadação do Estado, seguindo o exemplo do Estado do Mato Grosso do Sul, em valor aproximado de quase um bilhão de reais.” Por outro lado, afirma que não haverá nenhum prejuízo aos produtores de grãos em Goiás, por se tratar de produtos com cotação no mercado internacional.

LEI KANDIR

Fernando Krebs cita inquérito civil público instaurado pela Promotoria de Justiça para apurar denúncias de irregularidades formuladas pela CPI da Assembleia Legislativa quanto à concessão de incentivos fiscais no Estado, bem como a situação de desequilíbrio fiscal herdada de gestões

passadas, assim como recente decisão do STF que prorrogou por apenas dois meses a suspensão do pagamento das dívidas de Goiás com a União. Ele afirma também que após o advento da Lei Kandir foi promovida a desoneração das exportações de grãos de soja e milho in natura, “causando enorme prejuízo à arrecadação tributária dos Estados produtores de grãos como Goiás, sem que jamais tenha ocorrido a devida compensação financeira.”

O promotor lembra que o exemplo do Estado do Mato Grosso do Sul serviu de inspiração ao novo programa de incentivos fiscais do Estado de Goiás, o ProGoiás, cuja lei foi recentemente promulgada e regulamentada, seguindo também sugestão da CPI.

Para apontar o “enorme prejuízo” à arrecadação de tributos de Goiás, decorrente da exportação in natura de grãos, Krebs observa que os exportadores se utilizam da malha viária e da infraestrutura do Estado, “sem efetuarem o recolhimento de tributos, causando injustiça tributária, pois quando uns não pagam outros o fazem em seu

lugar, sobrecarregando a carga tributária dos demais contribuintes.”

Ele argumenta que o parque industrial de beneficiamento de soja e milho, construído em Goiás, ao longo das últimas décadas, inclusive com incentivos fiscais, já enfrenta falta de matéria-prima, “o que compromete os investimentos, a expansão, a geração de empregos e o aumento da arrecadação do Estado, tornando sem sentido a grande quantidade de incentivos fiscais já concedidos a este setor industrial.”

Por outro lado, destaca que “as indústrias beneficiadoras de grãos agregam valor a esses produtos, elevam a arrecadação do Estado e aumentam o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos municípios onde estão inseridas, conforme comprovamos em nossa recente visita à Caramuru, em Itumbiara, e que essas empresas já estão se voltando à compra e exportação de grãos in natura, face à desoneração existente, deixando de gerar empregos, renda e aumentar a arrecadação.” ■



Empresário

Resolva seu conflito
judicial com a ajuda da
6ª Corte de Conciliação e
Arbitragem de Goiânia.

99%
de acordos realizados
com sucesso.

**Rápido
Sigiloso
Econômico
Eficaz**

Informações:
(62) 3216-0441

6ª CCMA

6ª Câmara de Conciliação,
Mediação e Arbitragem


Federação das Indústrias do Estado de Goiás
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Incentivos prorrogados, INVESTIMENTOS ANUNCIADOS

Fieg comemora sanção da MP 987, que inclui o Centro-Oeste na manutenção dos incentivos até 2025; montadoras anunciam investimentos de R\$ 2 bilhões em Goiás

Dehovan Lima e Luciana Amorim
Fotos: Alex Malheiros

Sancionada dia 28 de outubro pelo presidente Jair Bolsonaro, a Medida Provisória (MP) 987 anima a indústria automobilística em Goiás. Na esteira da prorrogação até 2025 de incentivos fiscais para fabricantes de veículos e autopeças nas Regiões Norte, Nordeste e, inclusive, Centro-Oeste, as montadoras Mitsubishi, em Catalão, e Caoa, em Anápolis, anunciaram investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões nos próximos dois anos em Goiás. O Centro-Oeste havia sido excluído da prorrogação, o que foi corrigido pela MP, garantindo às empresas instaladas na região a possibilidade de apresentar projetos de novos investimentos, pesquisas e desenvolvimento de produtos.

O caminho que viabilizou a inclusão do Centro-Oeste na MP 987/20 e assegurou a manutenção das montadoras instaladas em Anápolis e Catalão ganhou impulso com a aprovação pela Câmara dos Deputados, em 29 de setembro, de emen-

da de autoria do deputado federal goiano Glaustin da Fokus (PSC), sob argumento de que a ampliação do prazo preservaria 6 mil empregos gerados nos municípios.

“Foi uma grande vitória. Enxerguei na MP a oportunidade de corrigir uma distorção, já que o Nordeste teria benefícios até 2025”, comemorou Glaustin. Exatamente uma semana depois, no dia 6 de outubro, a MP foi aprovada no Senado na forma de Projeto de Lei de Conversão 40/2020. A exclusão do Centro-Oeste foi considerada pelo relator, deputado André de Paula (PSD-PE), como assimetria e verdadeira quebra da isonomia tributária. O texto sancionado contempla a possibilidade de prorrogação do aproveitamento dos créditos presumidos do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para até 31 de dezembro de 2025.

De imediato, a Caoa Montadora informou que fará investimentos de R\$ 1,5 bilhão, com geração de 2 mil empregos diretos e 25 mil indiretos, lançamento de dez novos carros e atração de empresas satélites



► **Glaustin da Fokus:** oportunidade corrigir distorções com emenda

quando a produção anual ultrapassar 100 mil unidades. Além disso, quando esse patamar for atingido, poderão ser gerados 10 mil novos empregos diretos e 100 mil indiretos. Por sua vez, a Mitsubishi, em Catalão, deverá investir R\$ 500 milhões.

Caoa destaca preservação de empregos

Gerente institucional da Caoa Montadora, Pedro Suris Sacramento destacou a importância de todas as instituições na “luta pela prorrogação dos benefícios fiscais. A Fieg teve um papel essencial, bem como a Adial Goiás, o governador, nosso sindicato e nossos representantes do Estado de Goiás na Câmara e no Senado.”

Ele acrescentou que, “sem dúvida nenhuma, a prorrogação dos incentivos fiscais foi fundamental para preservação do emprego. Essa foi sempre nossa preocupação. Em Anápolis, somos 2.400 colaboradores que estão dentro da fabri-



► **Pedro Suris:** “A Fieg teve papel essencial na prorrogação dos incentivos fiscais”

ca diariamente e, indiretamente, geramos mais de 10 mil empregos. São famílias orgulhosas de fazer parte da história do setor automotivo brasileiro.”

Pedro Sacramento também apontou os incentivos fiscais como uma forma de compensação das perdas decorrentes dos efeitos das diferenças logísticas. “Nossos planos são crescer cada vez mais. Somos uma empresa com 100% de capital nacional, que entrega aos nossos consumidores carros com mais tecnologia, design e qualidade. Nossos profissionais são altamente capacitados e possuímos uma montadora moderna, com o melhor laboratório da América Latina para ensaios de emissões veiculares para homologação e conformidade de produção de veículos”, afirmou.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), **Sandro Mabel**, comemorou o desfecho da mobilização. “*Parabéns ao nosso deputado federal Glaustin da Fokus, realmente foi um trabalho espetacular, onde nós, da Fieg, trabalhamos muito duro na articulação e, só na Câmara, ajudamos a angariar mais de 80 votos. Trabalhamos desde na costura do acordo com o líder do governo, Ricardo Barros, e modificando a orientação de partidos como Republicanos, PSB, com*

o trabalho do nosso Elias Vaz, PSDB, e dentro de outros partidos. A bancada de Goiás foi excepcional na articulação. Parabéns a todos!”

Krebs visita indústrias e reconhece importância dos incentivos

Com objetivo de desmitificar a polêmica criada nos últimos anos em torno da concessão de benefícios fiscais a empresas, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) vem promovendo rodadas de visitas in loco a indústrias de várias cadeias produtivas do Estado, com participação do promotor Fernando Krebs, novo titular da 59ª Promotoria de Justiça de Goiânia – com atuação exclusiva em defesa da ordem tributária. A programação teve início dia 15 de outubro, na Caramuru Alimentos, em Itumbiara, no Sul do Estado, cicroneada pelo presidente da Fieg, Sandro Mabel, e prosseguiu nos dias 28 e 29, na São Salvador Alimentos, em Itaberaí, e na



► **Em Itumbiara, Fernando Krebs (centro) visita Caramuru Alimentos, ao lado de Sandro Mabel, André Rocha e outros diretores da Fieg**

Usina SJC São Francisco, em Quirinópolis, respectivamente.

Logo na primeira parada, ao conhecer o principal grupo de capital brasileiro no processamento de soja, milho, girassol e canola, o promotor defendeu a reconhecendo a importância dos incentivos fiscais como fator de desenvolvimento socioeconômico.

“Fala-se muito dos incentivos fiscais, há quem os defenda, que mostra através de argumentos, números e fatos, os benefícios que eles trazem e por que eles são necessários, estratégicos, para o desenvolvimento e crescimento de Goiás. Nesta visita, foi apontada a possibilidade de aumento da arrecadação do Estado, que será por nós estudada, examinada e eventualmente recomendada ao governador do Estado”, afirmou.

“O importante foi mostrar, nesta visita, os benefícios dos incentivos fiscais, que não podem simplesmente ser revogados, suspensos. Observamos como eles devem ser operados, para aumentar os empregos, a geração de renda, de trabalho e tributos. E como os incentivos foram importantes para o município de Itumbiara ser o que ele é hoje, uma das maiores economias de nosso Estado”, ponderou.

O presidente da Fieg defendeu a necessidade de um entendimento, por parte do governo de Goiás, sobre os benefícios que os incentivos fiscais geram ao Estado e à arrecadação. “Eu sou presidente de uma federação que acompanha, com pesar, a desindustrialização de nosso Estado. Nós estamos vendo as indústrias indo embora, por falta de incentivos”, disse

na oportunidade Sandro Mabel.

O presidente do Grupo Caramuru Alimentos, Alberto Borges Souza, e sua equipe apresentaram um estudo sobre industrialização, incentivos fiscais e os reflexos no município. “Nós esperamos que o promotor Fernando Krebs possa agora, com base em todos os relatórios que lhe foram repassados, ter dados concretos para criar uma política pública consistente e que atenda o cidadão goiano”, afirmou.

Na São Salvador Alimentos, detentora das marcas SuperFrango e Boua, o promotor Fernando Krebs disse que a empresa é um exemplo de como os incentivos fiscais foram bem utilizados e de como funciona a cadeia produtiva do frango. “A empresa cresceu ao longo dos anos, aumentou a quantidade de empregos diretos e indiretos



► Na São Salvador Alimentos, Fernando Krebs (de terno) ouve explicações do presidente da Fieg, Sandro Mabel, ao lado do presidente da empresa, José Garrote, e da gerente sindical da Fieg, Denise Resende

e ainda contribuiu para o desenvolvimento de toda a região”, declarou.

Presidente da indústria, o empresário José Garrote destacou a oportunidade da visita in loco. “É uma maneira de mostrar tudo aquilo que nós construímos com o nosso trabalho, trabalho do nosso povo. Ele (promotor) pode ver de perto, como funciona, onde os incentivos foram aplicados. Essa integração do poder público com empresas privadas é muito importante para o desenvolvimento do Estado, pois dessa forma um entende as dificuldades do outro”, afirmou.

Segundo o presidente da Fieg, **Sandro Mabel**, o promotor tinha outra visão sobre o uso dos incentivos, porém se dispôs a conhecer de perto a realidade, entender como as coisas funcionam. “*Estamos mostrando todo o ciclo da agropecuária. Aqui, na São Salvador Alimentos, ele vai saber como funciona uma indústria desse porte, que gera 8 mil empregos diretos e mais de 20 mil indiretos. Ele está vendo como Goiás pode produzir mais, não só com geração de empregos, mas também com a arrecadação de impostos que podem*

passar de R\$ 1 bilhão por ano, se forem feitas algumas mudanças no sistema de tributação”, afirmou.

Sandro Mabel reiterou a necessidade de industrializar no Estado os grãos aqui produzidos, um dos pilares de sua gestão desde que assumiu a presidência da Fieg. “*Veja o caso da soja. Nós exportamos toda nossa produção de óleo de soja, nossas indústrias estão parando por falta de soja, agora nós temos que autorizar indústrias de Goiás a importar óleo de soja bruto da Argentina. O consumidor está pagando toda essa conta, porque aqui nós não temos políticas públicas para industrializar o grão. O que aconteceu com isso, a farra das grandes tradings, é gente grande que compra barato do produtor, usa nossas estradas, não paga um centavo de imposto, vende caro lá fora e concorre com as indústrias. Nós precisamos que nosso produto seja industrializado em Goiás, desenvolvido, gerando emprego e desenvolvendo o Estado*”, afirmou.

Na visita à usina SJC São Francisco, em Quirinópolis, o promotor Fernando Krebs foi acompanhado do vice-presidente da Fieg André Rocha e diretores

da Federação e obteve informações sobre como os incentivos fiscais são usados no setor sucroenergético. Na oportunidade, o promotor conheceu a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, bem como o processo de produção de açúcar VHP, etanol (anidro e hidratado), eletricidade, fibras, proteína e óleo vegetal. ■

“**Eu sou presidente de uma federação que acompanha, com pesar, a desindustrialização de nosso Estado. Nós estamos vendo as indústrias indo embora, por falta de incentivos.**”

SANDRO MABEL, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg)



► Em Quirinópolis, o promotor visita a Usina SJC São Francisco, acompanhado de diretores da Fieg e do Fórum de Entidades Empresariais



► Fieg Sabatina, na Casa da Indústria: parafernália eletrônica possibilita interação entre candidato e eleitor



TODOS OS CANDIDATOS DEFENDEM PARCERIA COM SISTEMA S



► **Sandro Mabel, presidente da Fieg e anfitrião dos encontros virtuais**

formato desenvolvido pela entidade para receber candidatas e candidatos, em sua sede, na Casa da Indústria. As entrevistas foram transmitidas on-line por meio da plataforma Zoom Cloud Meetings e pelo canal do Sistema Fieg no YouTube, sempre sob a moderação da jornalista Sandra Persijn, gerente de Comunicação da casa.

Participaram ainda das sabatinas, presidentes e diretores de sindicatos e dos conselhos temáticos da Fieg, lideranças do setor e empresários. Durante o Fieg Sabatina, foram ouvidos 15 candidatos à Prefeitura de Goiânia e 3 concorrentes ao posto de prefeito de Aparecida de Goiânia. Abordados sobre diversos assuntos, os candidatos foram unânimes em defender parcerias com instituições do Sistema Fieg (Sesi, Senai e IEL), em áreas como educação básica, educação profissional e encaminhamento de estágio, reconhecendo o potencial para superar a crise advinda da pandemia da Covid-19 e evitar gastos com estrutura física.

Nas próximas páginas, um resumo dos depoimentos de cada um deles, cujas entrevistas completas podem ser acessadas no portal do Sistema Fieg.



Numa série de encontros promovidos pela Fieg, candidatos que disputam as prefeituras das duas cidades apresentaram suas propostas de governo

Lauro Veiga Filho, Dehovan Lima, Luciana Amorim, Tatiana Reis, Renata Dos Santos
Fotos: Alex Malheiros e Sílvia Simões

Num esforço para colocar os candidatos à frente de seus eleitores em tempos de pandemia e afastamento social, que conferem caráter único às eleições deste ano, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) promoveu, entre setembro e outubro, uma série de encontros com os postulantes às prefeituras de Goiânia e Aparecida de Goiânia. A iniciativa envolveu vários escalões da federação, incluindo o presidente Sandro Mabel, os vice-presidentes André Rocha e Flávio Rassi, diretores, assessores e seu corpo técnico para colocar no ar o Fieg Sabatina,

VANDERLAN CARDOSO (PSD)**Polos industriais, com apoio do ProGoiânia**

“Goiânia é uma cidade cheia de desafios e se tem algo que eu gosto muito é de um bom desafio”, declara o senador Vanderlan Cardoso (PSD), candidato a prefeito da capital nas eleições de 15 de novembro. Prefeito de Senador Canedo em duas ocasiões e atualmente ocupando uma vaga no Senado, ele destaca que

não está sozinho na “empreitada” assumida ao decidir disputar o Paço Municipal. “Nunca na história de Goiânia”, gaba-se, “vimos uma união de lideranças políticas tão grande em torno de uma candidatura,

ou melhor, de um ideal. Só na nossa coligação, Goiânia em Um Novo Momento, temos sete partidos muito importantes”.

Entre outros projetos, antecipa a reedição de uma proposta lançada em 2016 e que consiste na criação de polos industriais em sete regiões da cidade, abrangendo os setores de vestuário, calçados, marcenaria, artesanato, joias e outros. Um de seus pontos contempla parceria mais ampla com o setor privado de forma a expandir a utilização do Sistema S (Senai, Senac, Sesi, Sebrae, Sesc e Senat), envolvendo ainda as indústrias dos polos planejados pelo candidato.

“Esse projeto já tem até nome e será o ProGoiânia”, destaca, contemplando incentivos fiscais para atrair investimentos. A ideia é promover a geração de empregos mais perto das áreas mais densamente habitadas, melhorando principalmente a “questão da superlotação do transporte público”, já que haverá menor necessidade de deslocamento das pessoas.

MAGUITO VILELA (MDB)**Conexão e integração para melhorar o serviço público**

Governador do Estado, senador e prefeito de Aparecida de Goiânia por dois mandatos, o candidato a prefeito de Goiânia pelo MDB, Maguito Vilela, não participou do Fieg Sabatina em razão de ter testado positivo com Covid-19, mas falou à **Goiás Industrial** antes de ser internado e transferido para São Paulo.

Em seu plano de governo, consta a proposta de tornar a capital uma “cidade inteligente”, apostando na onda de transformação digital para incrementar a qualidade dos serviços prestados ao público. Na

verdade, acrescenta o candidato, seu objetivo “é transformar Goiânia não só em uma cidade inteligente, mas numa cidade 100% conectada, a iniciar pela administração municipal”. Caso eleito, a proposta de Maguito envolve a ampliação de serviços públicos que possam estar disponíveis “na palma da mão de qualquer cidadão” e que entreguem soluções ágeis e sem burocracia.

Para isso, diz ele, não haverá necessidade de investimentos em expansão ou instalação de novas estruturas físicas para levar à frente o projeto de digitalização. Mas acrescenta, em seguida, que a empreitada exigirá a criação de uma rede de informações e a integração dos sistemas que já rodam na administração municipal. A chegada de novos investimentos e indústrias, conforme espera o candidato, tornará necessário reforçar parcerias hoje já firmadas com o Sistema S, destacadamente, com o Sesi e Senai para capacitação de trabalhadores, e com o IEL, na área de estágios.

DELEGADA ADRIANA ACCORSI (PT)**Incentivos fiscais para atrair indústrias, gerar emprego e renda**

Terceira colocada nas pesquisas de intenção de voto para a Prefeitura de Goiânia, a Delegada Adriana Accorsi (PT) condiciona a reclamada modernização da administração pública à valorização dos servidores, que “são a alma da gestão”, e a características próprias de uma gestão dinâmica e atuante. “Precisamos qualificar

permanentemente nossos servidores, dar condições para utilização das novas tecnologias. Nós queremos que a Prefeitura se modernize

a tal ponto que um empresário que precise de um licenciamento ou um alvará consiga isso de forma on-line”,

Uma das bandeiras do setor produtivo, especialmente da indústria, os incentivos fiscais foram defendidos pela candidata do PT como instrumento de desenvolvimento, atração de indústrias, geração de emprego e renda, sobretudo na retomada da economia. “Sou favorável aos incentivos fiscais e vou estabelecer políticas para sua concessão”, afirmou. “O governo tem que ser sensível à necessidade da população de Goiânia. Nós precisamos de incentivos, de emprego e renda.”.

A deputada estadual anunciou intenção de firmar parceria com o Sistema S no âmbito do projeto Cidadão do Futuro, nos moldes do antigo Cidadão 2000, destinado a garantir qualificação profissional a jovens a partir dos 14 anos, visando à obtenção do primeiro emprego, além de atividades culturais e esportivas para crianças.

ELIAS VAZ (PSB)

Parceria mais ampla com Sistema S



Candidato pelo PSB à Prefeitura de Goiânia, o deputado federal Elias Vaz, vereador por cinco mandatos, propõe incrementar a parceria com a Fieg e suas entidades, caso venha a ser eleito no próximo dia 15 de novembro. “As instituições do Sistema S são fundamentais na formação e na capacitação de mão de

obra”, afirmou ele em resposta ao presidente da Fieg, Sandro Mabel, na terceira edição do programa Fieg Sabatina, que ouviu candidatos a prefeito na capital do Estado e em Aparecida de Goiânia.

Vaz criticou a “facada” antecipada pelo ministro Paulo Guedes, da Economia, assim como seus ataques ao Sistema S, e destacou, ainda, que a proposta de corte de 40% na contribuição das empresas às instituições não deverá ser aprovada pelo Congresso. Segundo ele, não há partido que defenda esse tipo de corte, que afetaria drasticamente a capacidade de atendimento do sistema e deixaria sob risco a formação de centenas de milhares de jovens que buscam a primeira oportunidade no mercado.

Até como alternativa para combater os efeitos da pandemia sobre a atividade econômica, prosseguiu ele, a Prefeitura, sob sua gestão, deverá confirmar e ampliar a parceria com o Sistema S, aproveitando sua expertise na formação de pessoal.

TALLES BARRETO (PSDB)

Linha de crédito especial para enfrentar a pandemia



Postulante à gestão municipal pelo PSDB, o deputado estadual Talles Barreto expôs suas principais propostas para a capital, abordando ambiente de negócios, mobilidade, educação, saúde e segurança pública. O principal desafio da próxima gestão, segundo ele, é o enfrentamento

dos impactos econômicos decorrentes da pandemia do coronavírus. “O momento é muito sério, muito difícil. A pandemia e as ações do governo criaram situações muito complicadas para o setor produtivo. Temos várias empresas que fecharam as portas nos principais polos de Goiânia. Temos muitas pessoas com dificuldades financeiras. A prioridade é cuidar do goianiense”, afirmou.

Para tanto, o candidato sustentou a criação de linha de crédito específica para o setor produtivo, em que a Prefeitura seria avalista. Talles Barreto defendeu parcerias com o Sesi e Senai para fomentar desenvolvimento econômico, geração de empregos e qualificação profissional em Goiânia, considerando a vocação negócios de cada região.

VIRMONDES CRUVINEL (SOLIDARIEDADE)

Atenção ao microempreendedor



Deputado estadual no segundo mandato, presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa, vereador por Goiânia durante três mandatos, professor e procurador, Virmondes Cruvinel concorre pela primeira vez ao Paço Municipal. Ex-diretor de relações institucionais da Associação de Jovens

Empreendedores e integrante da Fieg Jovem, Cruvinel expôs os três eixos principais do seu plano de governo, intitulado Agiliza Goiânia: Retomada do Desenvolvimento Econômico, Saúde e Educação.

“Nós temos que estar atentos ao setor produtivo. A vocação de Goiânia é voltada para o comércio e a indústria, que geram grande movimentação dos empregos. Então, acredito que temos que ser firmes, voltados para a questão do desenvolvimento econômico, reduzir a máquina pública e melhorar o sistema de gestão para dar respostas rápidas para quem está gerando desenvolvimento”, disse ele, ao responder pergunta sobre empreendedorismo. Cruvinel fez questão de registrar seu interesse em parcerias também na área da educação. “Nós temos uma pauta muito interessante com relação à defesa da educação profissional. Eu defendo que a Prefeitura deve estabelecer parcerias, como o que tem aqui, o Senai, que tem muita credibilidade”.

HEMANUELLE JACOB (PSOL)**Investimentos sim, mas com inclusão social**

Primeira candidata negra à Prefeitura de Goiânia, professora e ativista de direitos humanos, Hemanuelle Jacob (Psol) pretende implantar uma administração inclusiva, com participação de representantes da comunidade e de associações de bairro, por meio de conselhos deliberativos previstos em suas

propostas de governo.

A candidata defendeu uma mudança de foco nos programas de

atração de empresas para a cidade, escolhendo como meta a redução de desigualdades, diretriz que, na sua visão, hoje não faz parte do cardápio de medidas adotadas pelo município e pelo Estado. De acordo com ela, a capital goiana atualmente é considerada uma das cidades mais desiguais no mundo e a mais desigual na América Latina.

Essa política renovada de atração de investimentos, detalha ainda, imporá contrapartidas e exigirá que as empresas “assumam compromissos com direitos trabalhistas, formação do trabalhador, com ações afirmativas, que assegurem igualdade de oportunidades para mulheres e para comunidade LGBTQIA+. Ela disse que manterá diálogo com as demais esferas da administração, independentemente de diferenças ideológicas, bem como com entidades de classe, a exemplo da Fieg, em parcerias para capacitação profissional, tecnologia e inovação.

ALYSSON LIMA (SOLIDARIEDADE)**Pacote de incentivos e parcelamento de impostos**

Goiânia estacionou no meio do caminho e registrou crescimento médio anual de apenas 0,5% desde meados da década passada, perdendo espaço para outras regiões do Estado, a exemplo de Aparecida de Goiânia e Anápolis, que tem apresentado taxas ao redor de 7,3% ao ano em igual período, afirma o candidato

à Prefeitura da capital pelo Solidariedade, Alysson Lima, que exerce atualmente seu segundo mandato como deputado estadual. Adicionalmente, sustenta, parte relevante do emprego na capital está associada

a ocupações informais, o que reduz as possibilidades de crescimento mais acelerado e demanda um reforço na parceria entre a Prefeitura e as instituições do Sistema S para capacitação de pessoal.

Sua proposta para promover o que ele classifica como um “salto de desenvolvimento” inclui a ampliação da parceria entre o setor público municipal e a iniciativa privada, com a criação de um comitê permanente para discutir soluções para promover o relançamento da economia no município.

A proposta, de acordo com Lima, é que as principais entidades do setor privado, incluindo Fieg e suas instituições, Fecomércio, Sindilojas e outras, tenham assento e voz naquele comitê, que vai se encarregar de “deliberar mensalmente propostas para a retomada da economia goianiense e promover um salto de desenvolvimento nos próximos quatro anos”.

FÁBIO JÚNIOR (UP)**Orçamento participativo e maior engajamento popular**

A reforma urbana é a principal plataforma do candidato da Unidade Popular (UP), Fábio Júnior, à Prefeitura de Goiânia. Hoje, diz ele, o modelo de gestão e expansão da cidade faz com que a população mais pobre seja jogada para a periferia, reduzindo o acesso a serviços públicos essenciais e gerando deseconomias para

a administração municipal, com a multiplicação de vazios urbanos.

Fábio Júnior critica a atuação da gestão atual por operações de despejo promovidas contra famílias mais pobres em plena pan-

demia. Ele defende a construção de um poder realmente popular, com a implantação do orçamento participativo, com a população escolhendo as prioridades para a aplicação dos recursos públicos, e formas de industrialização mais integradas, que pensem na criação de oportunidades para os jovens e os mais pobres. Para isso, o candidato espera contar com a parceria da Fieg e das entidades do Sistema S. A concessão de incentivos fiscais, acrescenta, deve estar amarrada ao retorno de capital social.

Seu plano de governo inclui a retomada do controle sobre a cidade, promovendo intensiva política de regularização de áreas urbanas para que de fato paguem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). “Atualmente, 80% do espaço urbano não recolhe o imposto”, afirma. Como parte desse processo, Fábio Júnior defende um IPTU mais progressivo, o que daria maior margem de manobra para a execução de políticas públicas.

VINÍCIUS GOMES (PCO)

Conselhos populares na gestão pública



As políticas públicas, destacadamente nas áreas do transporte coletivo, devem incluir de forma estrutural em sua gestão conselhos populares, que se incumbirão de definir prioridades e mudanças alinhadas aos interesses mais amplos da população, sustenta Vinícius

Gomes, candidato à Prefeitura de Goiânia pelo Partido da Causa Operária. “Vamos usar essa oportunidade trazida pela campanha eleitoral para discutir a estrutura hierarquizada e centralizada de poder”, afirmou.

A atuação do partido, aqui e no restante do País, destacou Gomes, tem sido direcionada para tentar reverter o cenário atual e colocar no debate um projeto desenvolvimentista que ajude a vencer o quadro de retração da atividade econômica e “derrotar políticas que vão contra o trabalhador”. A seu ver, a crise sanitária ajudou a incentivar a solidariedade na sociedade, o que teria aberto espaço para a retomada do diálogo com a população, “para discutir e entender as demandas populares”.

Assistente administrativo no setor educacional do município, Gomes reconheceu que o PCO não terá chances de eleger representantes e voltou a defender o programa do partido, que desde o começo do ano trabalha no desenvolvimento de conselhos populares, como alternativa mesmo à representação política exercida pelos vereadores. “Não vemos sentido histórico na manutenção da Câmara Municipal.”

SAMUEL ALMEIDA (PROS)

“Ninguém faz nada sozinho”



Candidato à Prefeitura de Goiânia pelo Partido Republicano da Ordem Social (Pros), Samuel Almeida detalhou suas propostas para a gestão de áreas estratégicas. Na primeira resposta no Fieg Sabatina, reforçou o compromisso com a ampliação de vagas para educação infantil. “Com a pandemia, a presença da mulher no

mercado de trabalho é a menor desde 1990. E isso está relacionado ao déficit de 8 mil vagas nas creches”, afirmou, ao comentar seu projeto Vale Creche como forma de sanar a falta de vagas e abrir oportunidades de trabalho nos bairros. Segundo o candidato, com 1% do orçamento

municipal é possível zerar a demanda reprimida. Sobre qualificação profissional, sobretudo para inserção dos jovens no mercado de trabalho, ele defendeu parcerias com o Sistema Indústria. “Quando presidente da Assembleia Legislativa, a primeira parceria que procurei foi com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para dar condição ao jovem de ser inserido no mercado de trabalho. Não tem como procurar emprego sem estar qualificado”, observou.

O candidato defendeu o fomento das vocações econômicas da capital, a exemplo das indústrias de confecção e moveleira. “É preciso pensar dentro de Goiânia uma indústria limpa. Temos uma realidade pós-pandemia em que é fundamental gerar novos postos de trabalho. É preciso pensar nas vocações do município e Goiânia tem várias. Para isso, vamos buscar parcerias, criando algo como um Sebrae municipal para que os negócios de bairro também sejam fomentados pelo poder público”, afirmou.

GUSTAVO GAYER (DC)

Apoio ao Sistema S contra ameaça de cortes



Candidato pelo DC (Democracia Cristã) à Prefeitura de Goiânia, o empresário Gustavo Gayer manifestou apoio ao Sistema S, diante de ameaças de corte de recursos feitas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que é “impossível” um país próspero sem um trabalho de qualificação das pessoas e que

não adianta abrir mais vagas de emprego sem investir em formação.

Filho da ex-delegada de polícia, ex-vereadora e ex-deputada

Conceição Gayer – falecida em 2006 –, ele é professor de inglês e ativista digital, integrante da Frente Conservadora de Goiânia, que apoia o presidente Jair Bolsonaro.

Entres suas intenções para a Prefeitura de Goiânia, o candidato prometeu enxugar a máquina administrativa, não contratar mais novos funcionários e transformar a administração pública numa “máquina digital”. Ele sentenciou que, para efetivação de suas propostas, suas principais parcerias serão a iniciativa privada, de onde virão os principais recursos.

Proprietário de escola de inglês há anos, o empresário garante ter experiência com educação e disse ter interesse em parceria da Prefeitura com o Sesi e o Senai. Ele antecipou que, num cenário pós-pandemia, se eleito, escolas particulares locais com risco de fechamento também poderão “receber alunos da rede pública” mediante convênios.

CRISTIANO CUNHA (PV)**Uma transformação tecnológica em Goiânia**

Candidato à Prefeitura de Goiânia pelo Partido Verde (PV), Cristiano Lima destacou como ponto alto de seu plano de governo a “transformação tecnológica” da capital. Atual presidente estadual do PV, ele afirmou que vai fazer um trabalho com muitas mãos, conversando com em-

presários e governo, para auxiliar famílias de micro e pequenos empresários do setor de vestuário, um dos mais atingidos pela pandemia. “Acho que em parceria com a Fieg, a gente pode qualificar os profissionais do ramo do vestuário e, com isso,

aumentar a capacidade produtiva. O município tem condição de dar um incentivo e abrir uma linha de crédito especial.”

Sobre modernização tecnológica, o candidato assumiu compromisso com a transformação, citando como exemplo o uso de aplicativos para aproximar a Prefeitura da sociedade. “A tecnologia precisa ser usada a nosso favor. O morador pode utilizar o aplicativo para informar sobre uma lâmpada de poste que está queimada, e essa solicitação será encaminhada diretamente para a Comurg, que vai ao local fazer a substituição. Também podemos utilizar a ferramenta para marcação de consultas, mas o sistema vai funcionar”.

Para melhorar o ambiente de negócios, o candidato do Partido Verde disse que pretende incentivar o turismo de negócios, congressos e movimentar o cenário cultural, que apontou como carente de incentivo do poder público.

MAJOR ARAÚJO (PSL)**Aposta na melhoria do transporte urbano**

Policial militar, deputado estadual pelo terceiro mandato e eleito vice-prefeito na chapa de Iris Rezende em 2016, Major Araújo postula o comando da Prefeitura de Goiânia pelo PSL. O parlamentar rompeu com o atual prefeito e não chegou a assumir o cargo na época. Nesta eleição, o candidato definiu como principal

desafio de seu plano de governo o rompimento com “práticas que vêm sendo adotadas, como favorecimento e conchavos que começam na campanha política”.

Como exemplo, citou a problemática do transporte coletivo urbano, que segundo ele afeta profundamente o desenvolvimento da cidade e contribui para problemas sociais e econômicos. O plano é retirar os eixos da Transurb, cujas vias, junto da Avenida Leste-Oeste, darão lugar ao metrô subterrâneo e a ciclovias, nas quais aposta para aumentar a qualidade de vida do goianiense.

Em sua opinião, com um transporte moderno, além de desafogar o trânsito da cidade e de avenidas como Goiás e Anhanguera, mais indústrias e empresas vão se instalar em Goiânia e mais visitantes deverão ser atraídos para comprar em redutos como o polo de moda e para viver numa cidade com mais qualidade de vida.

Sobre projeto da Fieg de criação de polos de desenvolvimento na periferia, para evitar que a pessoa precise cruzar a cidade para ir trabalhar, o candidato afirmou que o plano vai ao encontro de seus objetivos de incentivar a instalação de fábricas nos bairros.

DRA. CRISTINA (PL)**Parcerias para retomada da economia**

Com candidatura marcada por muita polêmica e reviravolta na Justiça Eleitoral, a vereadora Dra. Cristina, do Partido Liberal (PL), participou do Fieg Sabatina, na Casa da Indústria, dia 27 de outubro, em seu primeiro compromisso após a decisão unânime do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no dia anterior, que lhe

garantiu direito de disputar a Prefeitura de Goiânia.

Natural de Cianorte, no Paraná, e com carreira política sólida em

Goiânia, onde além de vereadora é suplente de deputado, ela defendeu fortes investimentos visando à melhoria do transporte público, envolvendo os 21 municípios que abrangem a Região Metropolitana de Goiânia.

No processo de recuperação da economia pós-pandemia, a candidata defendeu ações conjuntas com a Fieg e o Sistema S, explicando que, em seu plano de governo, consta estabelecer parcerias com o setor produtivo e com a sociedade, “que podem e têm condições de dar sustentação para tanto”.

Segundo ela, a retomada da economia se dá fortemente pela qualificação profissional. “É preciso estabelecer uma metodologia para capacitar a mão de obra. Goiânia tem vocações estabelecidas, o polo da moda, moveleiro, agroindústria, lingerie, calçados e alimentação. Então é preciso dar qualificação, oferecer linhas de crédito”, disse.

APARECIDA DE GOIÂNIA

GUSTAVO MENDANHA (MDB)

Investimentos e parcerias para atrair indústrias



Líder nas pesquisas com ampla vantagem para se reeleger em Aparecida de Goiânia, segundo maior colégio eleitoral do Estado, o prefeito Gustavo Mendanha, do MDB, participou do Fieg Sabatina dia 29 de outubro, na Casa da Indústria.

Recebido pelo presidente da Fieg, Sandro Mabel, Gustavo Mendanha falou de seus planos para virtual novo mandato à frente da prefeitura de Aparecida de Goiânia, a exemplo da criação de mais um polo, na região do Grande Garavelo, no Jardim dos Ipês, e manifestou entusiasmo para a recuperação econômica após a pandemia. Nesse aspecto, lembrou que teve ajuda do presidente da Fieg para tomar a decisão de fazer

a retomada responsável em Aparecida, balizada em plataforma de segurança lançada pela Federação e pelo IEL.

Sobre novos investimentos na cidade, o candidato à reeleição destacou a necessidade de mão de obra qualificada para ocupar postos de trabalho. “Aparecida é altamente empreendedora e pode contar com meu governo para estabelecer parcerias, atrair investimentos, indústrias e gerar mais emprego e renda”.

Com duas unidades integradas Sesi Senai instaladas no município, Mendanha defendeu a ampliação de parcerias com o Sistema S, ao reiterar a importância da qualificação profissional no crescimento de Aparecida. “Vamos continuar fazendo parcerias e atraindo novas empresas, pois com certeza a qualificação profissional foi importante nesse processo. Ter uma mão de obra qualificada para ocupar esses postos foi fundamental. O Sesi e Senai têm maestria para formar e capacitar. Temos que avançar e continuar com convênios para dar oportunidade para jovens em busca do primeiro emprego e adultos”, disse.

MÁRCIA CALDAS (AVANTE)

Saúde e educação, as prioridades



Em meio a imbróglcio judicial quanto a sua candidatura à prefeita de Aparecida de Goiânia, Márcia Caldas, do Avante, participou do Fieg Sabatina no dia 26 de outubro, antes de ter sua situação definida. À frente de uma chapa inteiramente feminina, integrada ainda pela candidata a vice

Carol Araújo (DEM), Márcia Caldas apontou que “um dos projetos do coração” é a Secretaria da Mulher, que será interligada, com o objetivo de desburocratizar as ações para a mulher, e incluirá um centro de inteligência emocional, para trabalhar a autoestima.

Em seu plano de governo, Márcia, que é odontóloga, elegeu saúde e educação como prioridades. “Eu vejo a saúde como tendão de Aquiles de Aparecida. Nós temos uma demanda reprimida muito grande de consultas, cirurgias. Uma das minhas propostas é criar um sistema corujão, uma PPP (parceria público-privada), para atender fora do horário de expediente toda demanda reprimida”, afirmou.

BRUNO FELIPE (PsoI)

Revisão de despesas para favorecer investimentos



Professor de História, Bruno Felipe (PsoI) anuncia um conjunto de políticas que tenham como base uma plataforma socialista, baseadas na busca de melhorias para a vida dos trabalhadores, em seu plano de governo para a prefeitura de Aparecida de Goiânia, um dos principais polos industriais do Estado, onde o

Sistema Fieg mantém duas unidades integradas Sesi e Senai.

Ele atribuiu o crescimento da cidade nos últimos anos à política de incentivos fiscais e de atração de indústrias. “Por uma sorte muito grande, o atual governo pegou Aparecida nessa fase que começou a crescer. Todo esse crescimento econômico, no entanto, no momento que estamos vivendo, é preocupante, nós vamos precisar usar todo o mecanismo que for possível para criar e manter empregos”, frisou.

Citando bandeiras de seu partido, Felipe ponderou ainda: “Mas eu quero que esses empregos revertam em melhorias de vida ao trabalhador. Quando se fala de emprego, eu quero dizer que esse emprego não seja precarizado. Eu me preocupo com o salário, as condições de trabalho, com o fato de o trabalhador ter que se locomover para chegar até o serviço”, destacou. ■



► **Jorge Lima:**
“O Custo Brasil é um câncer. Ou vamos reduzir ou vamos morrer”

Custo Brasil, câncer a ser combatido

Dehovan Lima e Luciana Amorim
Fotos Alex Malheiros

“O Custo Brasil é um câncer. Ou vamos reduzir ou vamos morrer. Não dá para viver por mais 4, 5 ou 10 anos com um custo de R\$ 1,5 trilhão, que equivale a 22% do PIB nacional. Não dá para depender de commodities e do agro”. A declaração norteou palestra de Jorge Lima, CEO do Projeto de Redução do Custo Brasil, do Ministério da Economia, realizada dia 21 de outubro, na Casa da Indústria, em iniciativa da Fieg que contou com parceria da Fecomércio, Faeg, Acieg, Facieg, FCDL e OCB Goiás.

Em peregrinação pelos Estados em busca de apoio ao projeto, o apelo dele ecoou entre lideranças sindicais, empresários e autoridades, a exemplo dos secretários de Estado da Economia, Cristiane Schmidt, e de Indústria, Comércio e Serviços, Adonídio Neto.

Mediado pela assessora tributária da Fieg Andréa Vecchi, o encontro teve participação potencializada pela transmissão ao vivo, via plataforma Zoom, cuja sala virtual reuniu cerca de 60 pessoas. Coordenado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec), do Ministério da Economia, o projeto bus-

ca reduzir em R\$ 1,5 trilhão o chamado Custo Brasil, por meio da produtividade, competitividade e eficiência.

De acordo com diagnóstico realizado pelo governo federal em parceria com o setor privado, atualmente o custo equivale a 22% do PIB nacional e envolve amplo conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que encarecem e comprometem novos investimentos, piorando o ambiente de negócios.

“Reduzir o Custo Brasil é de que o País mais precisa neste momento para crescer, superar a crise, gerar emprego e renda”, disse o presidente da Fieg, San-



► **Sandro Mabel:**
“Reduzir o Custo Brasil é de que o País mais precisa neste momento para crescer”



► **Adonídio Neto, secretário de Indústria, Comércio e Serviços:**
“Música nos nossos ouvidos”

Sandro Mabel. “O Custo Brasil precisa ser reduzido, ele impede as empresas de andarem. Hoje para tirar uma licença para trabalhar no setor mineral, para explorar uma mina, você demora dez anos. É inadmissível! No Brasil, com toda essa riqueza que existe, muitas vezes, não conseguimos fazer as coisas funcionarem”.

O apelo de Jorge Lima aos empresários

goianos incluiu a busca de aproximação do poder público com o privado. “A economia tem de caminhar em paralelo com a política, não uma contra outra, boicotando a outra”.

Reflexos da Operação Lava Jato

Ele ainda apontou problema decorrente da operação Lava Jato. “Depois da operação Lava Jato, aconteceu um afastamento do setor público do setor privado”. O setor produtivo não conhece o governo, e vice-versa. É uma conversa de surdo, mudo e cego, às vezes. Quem faz as leis não conhece o setor produtivo, quem faz um regulamento não conhece o setor produtivo. Isso é um problema! Por outro lado, existe um desconhecimento de como funciona uma máquina governamental em um sistema democrático.”

O CEO do Ministério da Economia enfatizou que a redução do Custo Brasil depende de modernização da máquina administrativa, de processos de desburocratização e digitalização, e reiterou a



► **Cristiane Schmidt, secretária da Economia:** “O setor privado é que vai resolver os problemas do País”

necessidade de reformas estruturantes. “A Reforma Administrativa é urgente. Cada avanço para reduzir o custo Brasil é uma conquista. Se a roda começar a girar, ela não para. Reduzir o custo Brasil depende de modernizar a máquina administrativa, desburocratizar, digitalizar”, disse.

Opinião semelhante foi manifestada pela secretária de Estado da Economia, Cristiane Schmidt. “O setor privado é que vai resolver os problemas do País, precisamos de uma Reforma Administrativa urgente antes da tributária, reduzir a máquina.” Ela considerou a redução do Custo Brasil como um dos mais importantes projetos do País. “Só assim vamos crescer, aumentar a produtividade”, disse.

“As propostas para reduzir o Custo Brasil são música nos nossos ouvidos”, disse, por sua vez, o secretário de Estado de Indústria, Comércio e Serviços, Adonídio Neto, ao anunciar medidas de desburocratização e agilização para viabilizar empreendimentos no Estado. Segundo ele, serão feitos investimentos de R\$ 12 bilhões no setor da mineração, com entrega de 50 licenças ambientais em análise, para gerar mais de 10 mil empregos no período 2021/22. ■



► Sandro Mabel conversa com o Bolsonaro sobre o PMD: impulso ao segmento mineral

UM IMPULSO À 'ONDA DA MINERAÇÃO'

Lançado pelo governo federal em setembro, Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD) contempla proposta estratégica da Fieg de industrialização dos bens minerais goianos para agregação de valor

Dehovan Lima e Luciana Amorim
Fotos: Bruno Spada/MME

Um dos três pilares estratégicos definidos pela gestão 2019-2022 da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) – ao lado da verticalização da produção de grãos e do fortalecimento do setor de confecção –, a industrialização da produção mineral goiana e do Brasil ganha impulso capaz de potencializar a onda pró-desenvolvimento do setor, defendida pela indústria.

A opinião foi expressa pelo presidente da Fieg e do Conselho Temático de Mineração da Confederação Nacional da Indústria (CNI), **Sandro Mabel**, ao participar do lançamento oficial, dia 28 de setembro, do Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD) – Plano de Metas e Ações 2020/2023, pelo governo federal. A solenidade, no Ministério das Minas e Energia, contou com presença do presidente Jair Bolsonaro, do ministro Bento Albuquerque, entre outras autoridades e profissionais ligados ao setor, como parlamentares e dirigentes de empresas e entidades de mineração.

De Goiás, também participaram do evento o vice-presidente da Fieg Flávio Rassi, o presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal (SIEEG-DF), Luiz Vessani, e o presidente da Câmara Setorial de Mineração (Casmin-Fieg), Wilson Borges.

Foco é desenvolvimento sustentável, diz Sandro Mabel

Segundo **Sandro Mabel**, a iniciativa reforça a importância do setor para a retomada da economia pós-pandemia



► **Jair Bolsonaro lança o Programa Mineração e Desenvolvimento**, ao lado do ministro das Minas e Energia, **Bento Albuquerque**, e do secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, **Alexandre Vidigal de Oliveira**

e fortalece o direcionamento das ações encampadas pela Fieg, dentro do objetivo de tornar a mineração fonte de riqueza para um desenvolvimento sustentável. Em Goiás, terceiro polo mineral do País, atrás apenas do Pará e de Minas Gerais, toda a cadeia gera em torno de 175 mil empregos (diretos e indiretos), bem mais da metade dos 307 mil postos de trabalho criados pela indústria no Estado. No comércio exterior, cerca de 20% da balança comercial de Goiás vem da exportação de minérios e derivados. 759083

“O PMD foi um programa que o Conselho Temático de Mineração da CNI (Comin) ajudou a criar, levou sugestões, e a Secretaria de Mineração, que é comandada pelo Alexandre Vidigal, acrescentou mais uma série de ideias e virou um programa nacional importante, que dá impulso à mineração. Tão importante que o lançamento foi prestigiado pelo ministro Bento Albuquerque e pelo presidente da República”, observou o presidente da Fieg e do Comin. De uma maneira geral, segundo ele, o programa atendeu, sim, à mineração,

cujos problemas ou foram contemplados no âmbito da iniciativa ou estão sendo resolvidos via Agência Nacional de Mineração (ANM). *“Combinando ações do Comin, com esse programa lançado agora, com ações do Ministério das Minas e Energias, juntando isso tudo, a mineração tá pegando uma onda importante para esses próximos anos”, ressaltou Sandro Mabel.*

Opinião semelhante foi manifestada durante o lançamento do PMD pelo ministro Bento Albuquerque. “Este programa define a agenda do governo para a mineração no período de 2020 a 2023. A mineração é essencial e imprescindível para o País e para o mundo. É uma das grandes forças da economia brasileira, importante vetor do progresso e sinônimo de seu desenvolvimento para a promoção do bem-estar de todos. O estilo de vida que a sociedade moderna adotou com uma infinidade de bens, produtos, equipamentos e recursos tecnológicos torna indispensável, cada vez mais, a utilização dos bens minerais”, disse.

O PMD, que desde 2019 vem sendo trabalhado e apresentado aos diversos

agentes, tanto do setor público como da iniciativa privada que atuam ou têm interesse pela mineração, contempla 110 metas bem definidas, além de ações em dez áreas de concentração temática para a mineração para o período de 2020 a 2023. O programa trata de questões referentes a economia mineral, sustentabilidade, conhecimento geológico, aproveitamento mineral em novas áreas, investimentos e financiamentos para o setor mineral, tecnologia e inovação mineral.

Conheça o Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD)



“A mineração contribui de modo expressivo para a economia do País e pode ser importante mola propulsora para impulsionar a retomada do seu crescimento”, declarou o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Alexandre Vidigal de Oliveira. “O objetivo é promover o crescimento do setor mineral brasileiro”, acrescentou.

O programa também inclui assuntos relacionados a governança, gestão e eficiência, enfrentamento à mineração ilícita e imagem da mineração, expansão de áreas sujeitas à atividade mineral, ao aumento da produção e às receitas provenientes dessa

atividade, à elevação do grau de sustentabilidade do setor, além de estruturar os mais variados e diversos dados oficiais sobre a mineração brasileira.

Quanto à questão da segurança jurídica, o PMD visa à atração de investimentos para projetos na área de mineração, inclusive, do exterior, com vistas a consolidar essa atividade como parceira do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, principalmente nos municípios mineradores e nas regiões do entorno, de norte a sul do País.

Atendimento inclui atuação da Casmin, do Sesi e Senai

A Fieg, cujo presidente, Sandro Mabel, dirige o Conselho Temático de Mineração da CNI (Comin), atua tecnicamente na promoção do desenvolvimento da cadeia por meio da Câmara Setorial da Mineração (Casmin). “Os complexos de mineradoras possuem significativa contribuição para o desenvolvimento econômico e social nas regiões nas quais estão inseridos. Além do impacto direto no aumento de receita dos municípios, essas regiões normalmente apresentam sensível melhoria em

importantes indicadores, como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb), dentre outros”, afirma Wilson Borges, presidente da Casmin.

Instituições integrantes do Sistema Fieg, o Sesi e o Senai estão presentes com suas expertises em educação básica, educação profissional e tecnológica em importantes polos extrativos minerais goianos, a exemplo de Minaçu, no Norte do Estado, onde a Mineração Serra Verde acelera seu projeto de terras raras (*leia mais nas páginas XX*), Niquelândia, Crixás, Catalão, Barro Alto, Alto Horizonte.

Na área da formação profissional, o Senai oferece ao setor cartela de cursos bem diversificada (*veja quadro*), além de realizar programas de qualificação e aperfeiçoamento customizados, de acordo com necessidades apontadas pelas empresas. Por meio de parceria, Sesi e Senai mantêm escolas de educação básica em Niquelândia e Crixás, no Norte do Estado, ambas com atendimento prioritário a filhos de trabalhadores das mineradoras, além de formação profissional para trabalhadores e jovens em busca emprego. ■



CURSOS DO SENAI PARA A MINERAÇÃO

- Técnico em Mineração
- Operador de Minas
- Operador de Processos Minerais
- Operador de Processos Minero Químicos
- Balanço de Massa
- Análise Granulométrica
- Operador de Mina e Tratamento de Minérios
- Beneficiador de Minérios
- Tipografia Aplicada à Mineração
- Mecânico de Manutenção de Veículos Automotores de Mineração
- Treinamento Técnico em Processamento Mineral
- Operador de Explosivo em Jazidas



Área administrativa do projeto em Minaçu, parte construída do empreendimento que segue em fase de obras

Serra Verde apresenta melhorias no projeto de terras raras em Minaçu

Atualizações representam otimização econômica, tecnológica e ambiental, diz a empresa em comunicado à população

Em reunião técnico-informativa realizada virtualmente, dia 24 de setembro, a Mineração Serra Verde apresentou atualizações em seu projeto de terras raras em Minaçu, na Região Norte de Goiás. As novidades relacionadas ao Projeto ALE, que se refere ao método de beneficiamento adotado no empreendimento, e os detalhes

da nova rota tecnológica e locacional, segundo a empresa, proporcionarão ainda mais segurança, economia e proteção ao meio ambiente, representando um salto tecnológico na produção desse tipo de minério, além de reduzir cerca de 80% a pegada ambiental.

Além de inserir-se na agenda de co-

municações com a comunidade, estratégia que a Serra Verde mantém com regularidade, a reunião teve o propósito de atender à exigência da Licença de Instalação (LI), razão pela qual, além da ampla divulgação para permitir a participação do público em geral, foram convidados representantes do Ministério Público, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad-GO) e de ►

outros órgãos das administrações públicas federal e estadual e municipal.

O projeto foi batizado de “ALF” em alusão às primeiras letras da denominação, em inglês, de suas etapas fundamentais (Agitated Leaching and Filtration – Lixiviação Agitada e Filtração), caracterizando-se por ser um processo em circuito fechado e em ambiente controlado, com o uso de cloreto de sódio, o tradicional sal de cozinha, permitindo a eliminação do uso de ácido sulfúrico, comumente empregado nos processos para a extração de terras raras por lixiviação.

Consequentemente, com a eliminação da geração de resíduos ácidos e com alta redução na concentração de radionuclídeos naturais no processo de extração das terras raras, também foi eliminada a necessidade de uma barragem de rejeitos, já que toda água resultante do processo e o cloreto de sódio são 100% recicláveis, permitindo que o processo gere apenas resíduos sólidos e inertes.

Redução em 80% na pegada ambiental

As melhorias propiciadas pelo desenvolvimento do processo ALF, uma tecnologia nova integralmente desenvolvida pela Mineração Serra Verde, também permitiram um ajuste locacional, com reposicionamento da planta, em uma área menor, em local considerado mais adequado, e reduzindo em cerca de 80% a pegada ambiental do processo anterior. “Após diversos testes em planta-piloto, chegamos a uma solução que vai agregar ainda mais valor e, mais que isso, conferir mais sustentabilidade e segurança, uma combinação que traz benefícios sociais, atuando em prol do bem-estar de todos”, diz Luciano Borges, vice-presidente executivo da Mineração Serra Verde.

O projeto, que era classificado como categoria 2, considerada segura pela

Comissão Nacional de Energia Nuclear, passa para a categoria 3, a mais baixa da norma existente. “Não existe praticamente nenhuma radioatividade excedente em Minaçu, não sendo incrementada pela atividade industrial, pelo contrário, ela será controlada. A Mineração Serra Verde tem uma preocupação, desde o início dos trabalhos, com o controle da radioatividade e vem cumprindo todos os requisitos da Comissão para o uso seguro dos materiais”, afirma a dra. Isabel Carrasco, da Ambientis Radioproteção, consultoria referência no âmbito nacional em radioproteção.

A Mineração Serra Verde opera em Minaçu o projeto de terras raras que caminha para tornar-se o primeiro empreendimento de classe mundial para a produção desses minerais no Hemisfério Ocidental. Ao apresentar às comunidades e autoridades as melhorias implementadas a partir do desenvolvimento do processo ALF, que representam ganhos ambientais e econômico para o projeto (ECO2 = Economia e Ecologia), a Serra Verde cumpre mais um compromisso com os aspectos socioambientais vinculados ao licenciamento de seu projeto, além de renovar seus padrões de respeito e diálogo com a comunidade, em conformidade com seus valores e propósitos.

“Somos a única empresa do país com tecnologia aprovada, viável e com licenciamento socioambiental, podendo implantar um projeto de terras raras desta magnitude e que vai atender a uma demanda crescente no mercado global, fornecendo matéria-prima para indústrias de alta tecnologia”, diz Luciano. “Além de exportar um material altamente necessário, vamos auxiliar no crescimento socioeconômico na região, a partir da geração de emprego e renda e de programas voltados à população. Acredito que minerar é construir o futuro de uma comunidade, é criar riqueza que pode ser deixada como legado para gerações futuras”, completa o executivo.

A construção do projeto da Mineração Serra Verde está prevista para ocorrer até o segundo semestre do próximo ano, e a operação deve começar no início de 2022. A futura mina terá capacidade para produzir 7 mil toneladas por ano de concentrado de terras raras, com vida útil estimada em 24 anos.

A EMPRESA

A Mineração Serra Verde foi fundada em 2008, sendo inicialmente financiada pela Denham Capital, um fundo de investimentos sediado nos Estados Unidos.

O projeto foi criado com o objetivo de produzir concentrado de terras raras em nível de classe mundial a ser implantado em Minaçu (GO). ■

“Além de exportar um material altamente necessário, vamos auxiliar no crescimento socioeconômico na região, a partir da geração de emprego e renda e de programas voltados à população.”

LUCIANO FREITAS BORGES, vice-presidente executivo da Mineração Serra Verde





É filiado a um sindicato e sua indústria precisa de um impulso?

FIEG INDUSCRED é crédito fácil!



Menos burocracia



**Taxa a partir de 0,39%
+ CDI (40% menor que
o mercado)**



Carência de 6 meses



**Empréstimos de até 10%
do faturamento anual
da indústria**



**Mentoria do
Conselho de Gestão**

Contato: (62) 3501-0039 | fieginduscred@sistemafieg.org.br
www.fieginduscred.com.br

Apoio operacional:

Realização:

► **Sandro Mabel:**
"Sistema Indústria
agora tem banco
diferenciado"



Indústria goiana tem banco para chamar de seu

Parceria entre Fieg, Sistema OCB-GO, Sicoob Engecred e Sicoob Crediadag viabiliza o Projeto Induscred, destinado a oferecer linha de crédito com taxas de juros mais acessíveis às empresas, oportunamente na retomada das atividades econômicas pós-pandemia

Dehovan Lima

“**A**gora o Sistema Indústria tem um banco diferenciado”. A declaração, do **presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg)**, marcou o nascimento do Projeto Induscred, o “banco cooperativo da indústria”, com assinatura de parceria com o Sicoob Engecred, Sicoob Crediadag e Sistema OCB-GO, durante reunião mensal da diretoria da Fieg, dia 21 de setembro, realizada por meio de videoconferência, por causa da pandemia.

Antiga aspiração do segmento industrial, o projeto surge para oferecer linha de

crédito com taxas de juros mais acessíveis às empresas, oportunamente na retomada das atividades econômicas pós-pandemia. O momento é mote do vídeo institucional do programa. “A união e parceria na história da indústria comprovam que estarmos juntos sempre trouxe crescimento e inovação, beneficiando nossos negócios e a sociedade como um todo”, diz a mensagem, acrescentando que “estabelecer conexões é a chave para vencer momentos de incertezas. Por isso, no desejo de cooperar e unir forças em tempos desafiadores, a Fieg firmou essa parceria. Afinal, nesse momento

de pandemia, a gente sabe que sua saúde financeira também merece atenção”.

A iniciativa possibilitará linhas de crédito com taxas de juros a partir de 0,39% a.m. + CDI, com carência de até seis meses para pagar a primeira parcela e limite de empréstimo de 10% sobre o faturamento anual da indústria, segundo explicou o superintendente da Fieg, João Carlos Gouveia. “A ideia é contribuir para amenizar os efeitos econômicos negativos causados pela pandemia no âmbito do crédito”, disse.

Já o vice-presidente da Fieg André Rocha destacou que o Projeto Induscred agrega valor ao proporcionar, paralelamente, receitas para os 36 sindicatos industriais que integram a base da federação, que conta com mais de 26 mil CNPJs ativos. Presidente da OCB-GO, Luiz Alberto Pereira, ressaltou que a soma de esforços na parceria consolida com celeridade uma ideia antiga, possibilitando atender desde pequenas a grandes demandas por crédito. “A experiência tem tudo para ser exitosa”, observou.

A apresentação do Induscred contou com participação, na sala virtual, de representantes das entidades parceiras, entre eles Argemiro Mendonça, presidente do Conselho de Administração do Sicoob Engecred-GO; Fabrício Modesto César, diretor-presidente do Engecred; Renato Moreira da Silva, vice-presidente do Sicoob Crediadag; Paulo Afonso Ferreira, vice-presidente da CNI; Ricarte Vicentini de Miranda, diretor de suporte organizacional; Emerson Destro, presidente da Abad; Tiago Simon Egídio, diretor da Equiplex; e Daniel Laperche, do Conselho de Administração do Sicoob Engecred.

Um grande passo

Com participação efetiva na viabilização do novo projeto, o empresário Paulo Afonso Ferreira, ex-presidente da Fieg e atualmente vice-presidente executivo da Confederação Nacional da Indústria

(CNI), antevê sucesso da iniciativa. “A Fieg e a OCB dão um grande passo em firmar parceria para criação do Induscred, um instrumento que possibilitará às indústrias obter crédito junto às cooperativas com taxas de juros e condições favoráveis para estimular o crédito e investimentos.”

Ele lembrou que “um dos grandes desafios e demandas das empresas no Brasil é por obtenção de crédito com taxas de juros mais acessíveis. O cooperativismo financeiro é uma alternativa que tem dado muito certo no mundo e que precisa ser ampliado no País, pois ainda é algo pouco difundido e surge com uma ótima oportunidade para suprir a necessidade do brasileiro e das empresas”, acrescentou.

“Acredito no cooperativismo e, com certeza, essa iniciativa será modelo para o Brasil e para outros setores da sociedade”, observou Paulo Afonso Ferreira.

SERVIÇO

Além de crédito, o novo serviço da Fieg oferece orientação sobre como investir o recurso obtido, ao disponibilizar equipe especializada com mais de 50 gestores disponíveis.

Mais informações sobre o novo produto podem ser obtidas pelo **site** ou **telefone 3501-0039**. ■

Aqui:



► **Luiz Alberto Pereira, presidente da OCB-GO, e João Carlos Gouveia, superintendente da Fieg:** soma de esforços consolida aspiração antiga



► **Paulo Afonso Ferreira, vice-presidente da CNI:** “A Fieg e a OCB dão um grande passo”



► **André Rocha, vice-presidente da Fieg:** Projeto Induscred agrega valor aos sindicatos



Todos pagam, todos pagam menos

Palestrante em encontro virtual realizado em parceria entre OAB Goiás e OAB-DF, presidente da Fieg, Sandro Mabel, defende proposta de Reforma Tributária que considera ideal para o País, baseado no princípio “Pagar todos para todos pagarem menos”

.....
Dehovan Lima

Depois de três décadas de muitas discussões, idas e vindas, acertos e desacertos – um período comum a muitas novelas exibidas pela televisão –, o que se espera da Reforma Tributária é um “final feliz”, desfecho da maioria dos folhetins que imitam a vida real. Essa foi a tônica do webinar Reforma Tributária em Debate, realizado dia 1º de outubro, em parceria da OAB Goiás e OAB-DF e que teve como palestrante **o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel.**

Mediado por Eléia Alvim e Tiago Conde, respectivamente, presidentes da Comissão de Direito Tributário da OAB-GO e da Comissão de Assuntos Tributários da OAB-DF, o encontro virtual também reuniu os debatedores Luciano Fuck, doutor pela USP e ex-secretário geral da presidência do Supremo Tribunal

Federal (STF), Wesley Rocha, presidente da Subcomissão de Reforma Tributária da OAB-DF, e Murilo Castilho, ex-auditor fiscal especialista pelo IBET (Instituto Brasileiro de Estudos Tributários).

Na plateia, lideranças sindicais, como Jerry Alexandre, diretor da Fieg e presidente do Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás; Antônio Benedito dos Santos, do Sindicato das Indústrias de Alimentação; Luiz Gonzaga de Almeida, presidente executivo do Sindipão; e Marçal Henrique Soares, do Sindifargo, tributaristas e economistas.

Simplificar o sistema tributário é palavra de ordem

Durante uma hora e meia de conversa, os debatedores concordaram com a impe-



▶ Sandro Mabel, durante live sobre Reforma Tributária, acompanhado pelos assessores Andréa Vecchi e Allysson Moraes: princípio básico é “pagar todos para todos pagarem menos”

riosa necessidade da aprovação, pelo Congresso Nacional, da Reforma Tributária, apesar de o momento político e econômico reunir condições desfavoráveis, em meio à pandemia da Covid-19 e às vésperas das eleições municipais. O consenso é maior sobretudo quanto à necessidade de simplificar o sistema tributário brasileiro, de reduzir o número excessivo de obrigações acessórias e regras constitucionais, fruto da desconfiança entre os entes federativos (União, Estados e municípios).

À vontade para falar sobre um “tema apaixonante”, que discute há muito tempo –



quando deputado federal, foi relator da Reforma Tributária (PEC 233/08, convertida em PEC 31/07) –, **Sandro Mabel** resumiu suas propostas em um princípio básico: *“Pagar todos para todos pagarem menos.”*

“Por que é preciso mudar?”, indagou ele, para responder: *“Nós temos carga tributária extremamente elevada, hoje com picos de 35%, ou até mais, do Produto Interno Bruto (PIB), alta regressividade (quando o sistema arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos). Isso é uma injustiça fiscal, pois o Brasil cobra mais impostos dos mais pobres, todo mundo*

sabe disso.” Ele citou ainda a participação sobre renda, lucro e ganho de capital, de 6,5%, com toda cobrança feita em cima do consumo, o que prejudica as pessoas mais pobres, e a complexidade do sistema. *“A legislação tributária brasileira é truncada e em excesso”*, disse, defendendo a busca de simplicidade, justiça fiscal e eficiência.

O presidente da Fieg fez comparações entre o que defende como Reforma Tributária e as várias propostas existentes, a exemplo do estudo idealizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Reforma Solidária (Anfp e Fenafisco),

da Receita Federal, a reforma Baleia Rossi (PEC 45/2019) e a proposta do governo federal (PL 3887/2020). Especificamente no caso da PEC 45, observou que a proposta federaliza tanto o ICMS quanto o ISSQN dos municípios, diferente da PEC 31, que apenas torna uniforme o ICMS. Ele historiou as tentativas pós-1988, passando pelos governos Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer.

Para ele, a Reforma Tributária deve considerar pontos como teto/limitação de carga tributária, previsão e definição clara da distribuição de recursos, redução ►

dos conflitos entre Estados, com o fim da “guerra fiscal”; previsão de todos os detalhes em legislação, não deixando nada que gere dúvidas para o futuro, como a Lei Kandir; tempo para implementação pela magnitude da mudança e sistematização dos repasses de recursos aos fundos regionais de desenvolvimento, vinculados a um percentual de algum tributo, o que garante efetividade, como ocorre com FPE e FPM, os fundos de participação de Estados e municípios.

Em exemplo prático da garantia de teto constitucional, a aposta dele é de que eventual limitação da carga tributária, com definição de mecanismos de ajuste destinado a possibilitar corte linear de alíquotas ou desoneração de alimentos, produtos de higiene e limpeza e outros de consumo popular, terá efeito imediato em sua diminuição. *“Os alimentos têm participação grande no orçamento dos brasileiros e respondem por 21,5% da inflação oficial do País, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)”*. Por isso, assegurou, *“a aprovação da reforma colocará dinheiro vivo no bolso do trabalhador, principalmente daquele que ganha até cinco salários mínimos”*, ao reduzir a carga tributária sobre os produtos da cesta básica.

Três décadas de debate sem avanço

“Há 30 anos se fala em reforma tributária no País, sem avanços. Essa realidade, obviamente, não está adaptada à economia de hoje, totalmente digital, à economia cooperativa”, disse Luciano Fuck, ao comentar a palestra do presidente da Fieg. Ele ressaltou que a Reforma Tributária tem de estar na ordem do dia, há acordo mínimo entre as várias propostas em discussão para simplificar o sistema tributário brasileiro, mas ponderou que estamos em meio à pandemia do novo coronavírus, que trouxe gastos extras e consequente pressão para aumentar os mesmos. “Neste momen-



► **Eléia Alvim, da OAB Goiás:** “O debate tem deixado de lado os incentivos fiscais”



► **Tiago Conde, da OAB-DF:** não há tema tão relevante para discussão no Congresso quanto a mudança no sistema tributário brasileiro

to, ninguém quer abrir mão de receitas (União, Estados e municípios)”, afirmou.

Presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB-GO, Eléia Alvim lamentou que a discussão da Reforma Tributária “hora vem, hora dá uma freada” e destacou entre as propostas de Sandro

Mabel a defesa intransigente da manutenção dos incentivos fiscais, que ela aponta como lacuna nas demais iniciativas. “O debate tem deixado de lado os incentivos fiscais”, observou. Tiago Conde, presidente da Comissão de Assuntos Tributários da OAB-DF, sentenciou que não há tema tão

relevante para discussão no Congresso quanto a mudança no sistema tributário brasileiro e destacou a colaboração do presidente da Fieg, como parlamentar e empresário, no encaminhamento de propostas.

O QUE A PEC 31 TEM DE BOM

Pontos positivos da PEC 31/2007, relatada no Congresso pelo então deputado federal Sandro Mabel

- + Limita o crescimento da carga tributária do País;
- + Cria um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Federal; uniformiza e simplifica o ICMS;
- + Novo ICMS (destino) com 6 alíquotas;
- + Garante que Estados e municípios não percam receitas ao criar um fundo para ressarcimento (FER);
- + Protege a micro e pequena empresa de aumento de carga tributária;
- + Cria fundo de desenvolvimento que beneficia Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- + Cria um conselho composto por parlamentares, Estados, municípios e sociedade civil para rever e fiscalizar a carga tributária e distorções do sistema tributário;
- + Simplifica a tributação da folha de pessoal;
- + Adota critério verde para premiar municípios obrigados à preservação ambiental;
- + Adota princípio destino/origem; embora o imposto seja calculado pela alíquota de destino, uma parte do imposto pertence à origem;
- + Limita alíquotas do imposto: mínima de 7% e máxima de 24%;
- + Assegura que Estados e municípios exportadores recebam FEX, por exportações de primários, prevendo recursos para tanto (até 2%);
- + Preserva incentivos fiscais até que seja instituído o Fundo de Desenvolvimento Regional;
- + Depois que o fundo for instituído, os incentivos poderão ser reduzidos gradualmente em 12 anos;
- + Convalida incentivos que não tenham sido reconhecidos pelo Confaz;
- + Cria processo contencioso tributário uniforme no País;
- + Elege o STJ para resolver conflitos interestaduais na hipótese do contribuinte perder nos tribunais estaduais;
- + Preserva a Zona Franca de Manaus;
- + Preserva a competitividade das exportações desoneradas;
- + Congela a carga tributária.





► Isoleta Dilza Quintino de Oliveira, do Abrigo de Idosos São Vicente de Paulo, uma das muitas instituições beneficiadas, com Sandro Mabel e Raquel, em dia de distribuição na Casa da Indústria: "Doações chegam na hora certa"

Fieg + Solidária mira outras 100 toneladas

Projeto de responsabilidade social da Federação das Indústrias do Estado de Goiás lança desafio a lideranças sindicais para duplicar meta até o fim do ano

Dehovan Lima e Luciana Amorim
Fotos Alex Malheiros

Ao completar oito meses de intensa mobilização, quando arrecadou mais de cem toneladas de alimentos e outros produtos, distribuídos para mais de 150 instituições filantrópicas, a Fieg + Solidária quer atingir mais uma marca. O projeto de responsabilidade social da Federação das Indústrias do Estado de Goiás almeja dobrar a meta estabelecida no início da pandemia do novo coronavírus, em março, ou seja, totalizar, até o fim deste ano, 200 toneladas de donativos, que incluem cestas básicas, leite longa-vida, cortes de carne de frango, álcool em gel,

produtos de limpeza, máscaras de proteção e outros, segundo anunciou a presidente do movimento, a advogada **Raquel Ribeiro**. Mulher do presidente da Fieg, **Sandro Mabel**, ela fez o ousado desafio a lideranças sindicais e diretores da Federação, na reunião mensal de setembro da diretoria.

"Atingimos em agosto cem toneladas de alimentos arrecadados. Era uma meta ousada, mas graças a Deus, conseguimos tocar no coração das pessoas para que mais famílias fossem amparadas. Nós temos casos de pessoas que recebem a cesta e dividem com o vizinho. A corrente do

bem se multiplicou e a Fieg + Solidária hoje está fazendo a diferença na vida de muitas pessoas, que precisam da nossa ajuda. Nós não podemos parar! Conto com a ajuda de todos vocês”, disse ela.

Lembrando que a pandemia potencializou a ação da Fieg + Solidária, criada em dezembro de 2019, ao mobilizar a classe empresarial e até pessoas físicas, com arrecadação de produtos de primeira necessidade, **Raquel** destacou a importância da solidariedade de todos neste momento. *“Estamos vivendo tempo difíceis, somente a caridade pode levar esperança e fé para quem está passando por necessidades. Somos eternamente gratos pelos que doam os alimentos e por aqueles (as instituições filantrópicas) que levam as doações para quem precisa”,* enfatizou.

Nas doações feitas costumeiramente às segundas-feiras, na Casa da Indústria, são beneficiadas milhares de famílias que passam por dificuldades em meio à crise em Goiânia e na Região Metropolitana, além dos municípios goianos de Alto Paraíso, Campinorte, Crixás e Mara Rosa.

Outra marca importante da Fieg + Solidária foi sua inclusão no Monitor de Doações Covid-19, da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). Na plataforma on-line, que acompanha semanalmente a evolução das doações para enfrentamento da pandemia do novo coro-

navírus, a campanha tem a companhia do Senai, Sesi e várias empresas, instituições e pessoas físicas regionais e nacionais. A inclusão se deu após análise de reportagens sobre a Fieg + Solidária publicadas nas revistas **Goiás Industrial** e **Goiás Industrial Pauta Extra**.

“A inclusão na plataforma nacional, ao lado de marcas fortes, mostra o potencial de nossa Fieg + Solidária, dá visibilidade à iniciativa da indústria goiana e faz aumentar nossa responsabilidade social nesse momento de dificuldades pelas quais estamos passando diante da pandemia. Vamos manter e ampliar as doações para as pessoas necessitadas”, afirmou o presidente da Fieg, **Sandro Mabel**, ao avaliar o desafio de duplicar a meta para arrecadar 200 toneladas até o fim do ano.

Dia de luta e inclusão de PCDs

Em setembro, a Fieg + Solidária aproveitou o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09) e destinou parte das doações para a Associação dos Deficientes de Aparecida de Goiânia (Adap), Associação Paralímpicos do Futuro (Apaf), instituições filantrópicas que amparam esse público, abrangendo crianças, adolescentes e adultos. Atleta paralímpica e colaboradora do Sistema Indústria, Josi-

lene Alves Patrícia Souza Oliveira, representante e militante do segmento de PCDs participaram do momento de entrega dos produtos, na Casa da Indústria.

O presidente da Associação Paralímpicos do Futuro (Apaf), Thiago Melo, explicou que a instituição oferece iniciação esportiva totalmente gratuita para pessoas com deficiência e que as famílias dos alunos passam por muitas dificuldades. “É motivo de satisfação muito grande receber essas cestas, porque a cada mês que passa a dificuldade aumenta. A gente agradece muito toda a equipe da Fieg + Solidária”, afirmou.

A secretária geral da Associação dos Deficientes de Aparecida de Goiânia, Elizabeth Angelina da Silva Campos, classificou a ação da Fieg + Solidária como “um ato de amor”. ■



LUTA DO PCD

“Sou colaboradora do Sistema Fieg e estou aqui em comemoração ao Dia de Luta da Pessoa com Deficiência, me sinto honrada em participar da entrega da Fieg + Solidária. A luta do PCD está indo mais além e estamos conseguindo o nosso espaço.”

JOSILENE ALVES, atleta paralímpica

DIGNIDADE

“Hoje a pessoa com deficiência luta por dignidade humana. As pessoas com deficiência estão passando por situações difíceis porque as famílias perderam suas rendas, ou até mesmo tiveram sua renda comprometida. É muito importante essa iniciativa da Fieg + Solidária. E que a sociedade possa entender, o que é ter uma pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade, porque além de precisar dos alimentos, ela tem vários gastos, muitas vezes de fraldas, outras medicações, leites especiais, e tudo isso onera muito. Precisamos deixar a claro a importância de ter ações como essa. E que nós possamos lutar por igualdade de oportunidade. Viva a inclusão!”

PATRICIA SOUZA OLIVEIRA, representante e militante do segmento das pessoas com deficiência





► Sandro Mabel e Paulo Vargas, em vídeo exibido durante a transmissão do Pop List: Senai é time de campeões

NO NOVO NORMAL DO POP LIST, A ANTIGA LIDERANÇA DO SENAI E IEL



Andelaide Lima, Sérgio Lessa e Dehovan Lima

No novo normal da entrega do Pop List, em sua 28ª edição, realizada dia 27 de outubro, de forma inteiramente on-line por causa da pandemia, prevaleceu o velho normal: pelo 13º ano consecutivo, o Senai permanece no alto do pódio da maior premiação do marketing goiano como marca mais lembrada na categoria Curso Profissionalizante em Goiânia e na Região Metropolitana.

A instituição do Sistema Fieg alcançou

17,7% de share of mind (*veja ranking na página seguinte*) no estudo encomendado pelo Grupo Jaime Câmara e realizado pelo instituto de pesquisas Ibope Kantar Millward Brown do Brasil, em entrevistas quantitativas feitas on-line, entre 2 e 15 de setembro, em plena pandemia da Covid-19. Nome de peso nacional, com atuação no Brasil e mais 11 países da América Latina, o instituto é muito requisitado por empresas de televisão, revistas, rádio,

jornais, partidos políticos, além de pesquisas demográficas, entre outras.

Também integrante do Sistema Fieg, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) chegou ao 7º ano como marca mais lembrada, liderando o segmento Encaminhamento de Estágio, com 20,8% de share of mind (*veja ranking na página 46*).

Aberto pelo vice-presidente do Grupo Jaime Câmara, Ronaldo Ferrante, o desfile virtual dos campeões do 28º Pop List, no

canal do jornal O Popular no YouTube, foi apresentado pelo jornalista Handerson Pancieri. Convidada especial, a cantora Maíra, que brindou o público com canções nacionais e internacionais famosas, como Disparada, de Jair Rodrigues, Imagine, de John Lennon, e Suspicious Minds, de Elvis Presley.

“Ganhar o Pop List já não é fácil, ganhar 13 anos seguidos é porque somos campeões. Assim é o Senai, onde formamos campeões, formamos a melhor mão de obra. O Senai é que nem Pop List, campeão”, disse, em vídeo durante a transmissão ao vivo da premiação, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai, Sandro Mabel. “O Senai tem competência, tem capacidade para formar os recursos humanos de que a indústria precisa, contribuir de forma efetiva para seu crescimento, fortalecimento, e aumento de produtividade, gerar emprego e renda”, completou o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas.

Senai domina ranking desde a estreia

Líder do ranking do Pop List desde a estreia na pesquisa de mercado, em sua 16ª edição, em 2008, o Senai comemora o resultado em meio ao desafio de adaptar-se às mudanças geradas pela pandemia do novo coronavírus. “A conquista do Pop List é auspiciosa, sobretudo num momento difícil como está sendo este ano, quando tanto Senai quanto Sesi tiveram de se reinventar e buscar novos modelos e novas alternativas de ensino e aprendizagem, além de outras soluções para transferência de tecnologia e inovação para as indústrias do Estado”, destacou Paulo Vargas.

Nesses 13 anos de liderança, o Senai

Weimer Carvalho / O Popular



Handerson Pancieri faz abertura do Pop List, com participação de Milena Vidal e Henrique Simões, da Inteligência de Mercado da Globo

RANKING DAS MARCAS MAIS LEMBRADAS // CURSO PROFISSIONALIZANTE

- Senai 17,7%
- Senac 15,8%
- Microlins 8,4%
- Cebrac 4,7%
- Sebrae 3,2%



tem investido permanentemente na modernização de seus ambientes de ensino em todo o Estado e na atualização de seus recursos humanos para aumentar as oportunidades de formação de profissionais que atendam às exigências do atual mercado de trabalho.

Com amplo e diversificado portfólio de serviços e produtos, a instituição prepara, anualmente, mais de 120 mil profissionais para as indústrias em aproximadamente 450 tipos de cursos e programas. Além de formação de mão de obra, sua atuação abrange as áreas de inovação, pesquisa e a oferta de soluções tecnológicas para empresas que buscam maior produtividade e competitividade.

MAIS QUALIFICAÇÃO E TECNOLOGIA

Durante a pandemia, para diminuir o impacto na educação dos alunos, a instituição investiu ainda mais na qualificação profissional remota, com a ampliação da oferta de cursos gratuitos a distância (EaD). O esforço fez quase triplicar a procura pela capacitação via EaD, que saltou para mais de 38 mil matrículas de março até outubro, contra pouco mais de 14 mil matrículas no mesmo período do ano passado.

Lançado em julho pela Fieg e pelo Senai, o programa Indústria + Forte, iniciativa focada na preparação de profissionais para a retomada da atividade industrial em Goiás, disponibilizou mais de 21 mil vagas gratuitas em 28 diferentes cursos de formação profissional a distância, abrangendo 11 áreas industriais. “O programa oferece oportunidade de capacitação em áreas técnicas industriais de alta demanda por profissionais qualificados, com custo zero para o aluno, além de aumentar suas chances de conquistar uma vaga de emprego ou de se tornarem mais competitivos no mercado”, explicou o presidente da Fieg, Sandro Mabel.

Em outra frente de atuação, a instituição incrementou a oferta de soluções ►

inovadoras para as indústrias com a implantação, em Goiás, de dois centros tecnológicos – um polo avançado do Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Senai Cimatec), unidade referência nas áreas de pesquisa aplicada e inovação, com sede em Salvador (BA); e outro do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (Senai Cetiqt), especializado em serviços e produtos para o segmento de moda, no Rio de Janeiro.

Com 68 anos de atuação em Goiás, o Senai já registrou, nesse período, mais de 2 milhões de matrículas em diversos cursos de formação profissional, que vão desde a iniciação profissional até a formação superior (graduação tecnológica e pós-graduação), presenciais e a distância.

IEL, o melhor início de carreira

A conquista do Pop List como marca mais lembrada pelo sétimo ano é um presente para o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), que em 2020 comemora 50 anos de experiência em inovar. Assim, estar em primeiro lugar na cabeça dos goianienses quando se fala em encaminhamento para estágio corrobora o maciço investimento em gestão e inovação para consolidar seu Programa de Estágio entre estudantes, empresas e instituições de ensino. “A liderança no ranking das entidades de encaminhamento de estágio reflete a confiança e o reconhecimento dos clientes. Isso nos motiva a inovar cada vez mais para atender nossas indústrias”, afirma o superintendente do IEL, Humberto Oliveira.

Desde 1971, quando foi implantado em Goiás pelo IEL, o Programa de Estágio alcança resultados expressivos, consolidando-se como referência no Estado. Em 2019, houve aumento de quase 20% no número de vagas de estágio abertas e preenchidas por meio do IEL Goiás. Cerca de 20 mil



► **Humberto Oliveira,**
superintendente do IEL
Goiás: motivação para
inovar cada vez mais

RANKING DAS MARCAS MAIS LEMBRADAS // ENCAMINHAMENTO DE ESTÁGIO

- IEL Goiás 20,8%
- CIEE 20,6%
- Estácio 3,5%
- Pró Cerrado 2,0%
- Senai 1,9%



jovens, a cada ano, são beneficiados com contratos. Com a marca expressiva de 70% de efetivação dos estagiários nas empresas, a entidade é líder nacional em encaminhamento de estudantes para estágio.

Em 2018, Goiás recebeu quatro indicações entre as sete categorias do Prêmio IEL de Estágio, edição nacional, e conquistou prêmios nas categorias Sistema Indústria e estagiário destaque. A promoção reconhece as melhores práticas de estágio de alunos, empresas e instituições de ensino.

Os prêmios são um reflexo do trabalho desenvolvido há 50 anos, com mais de 330 mil alunos passando pelo IEL Goiás, que tem quase 20 mil empresas conveniadas e 2 mil mantendo estagiários encaminhados pela entidade.

Além de seu tradicional Programa de Estágio, o IEL Goiás oferece serviços nas áreas de jovem aprendiz, desenvolvimento empresarial, educação empresarial, inovação e pesquisa. O instituto é pioneiro em Goiás na aplicação do Robotic Process Automation (RPA) nos sistemas de gestão das empresas, oferecendo também pós-graduação presencial e on-line (Pós-Unique), além da Escola de Normas de Qualidade e do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, que completou 20 anos em 2020.

CONVÊNIOS

Em busca de meios e recursos voltados para uma educação mais sólida, o instituto firma convênios com empresas e prefeituras, oferta capacitações, inova em suas ações, promove transformação digital e amplia projetos para alavancar seus serviços e o acesso aos alunos de todas as idades e formações, também com estágio de pós-graduação e estagiários de inovação (Inova Talentos). Todo o processo é digital, proporcionando aos envolvidos desenvolver todas as ações de preenchimento e gerenciamento de vagas por meio eletrônico, com segurança e agilidade. ■

► Sandro Mabel e o secretário de Saúde, Ismael Alexandrino Júnior, comemoram entrega do centésimo respirador consertado, observado por Claiton Cândido



Cem respiradores consertados, centenas de vidas salvas

Integrante de rede voluntária que mobiliza o Sistema Indústria em todo o País, o Senai Goiás atinge marca e beneficia hospitais em 11 municípios goianos. Cada aparelho pode atender até dez pessoas afetadas pelo novo coronavírus

Andelaide Lima
Fotos: Alex Malheiros

“Com esse trabalho voluntário para recuperação de respiradores, ajudamos os goianos a terem condição melhor em um momento difícil. A soma de esforços dos parceiros ajudou a salvar centenas de vidas, além de economizar recursos públicos.” A declaração foi feita pelo presidente da Fieg e do Conselho Regional do Senai e Sesi, Sandro Mabel, ao fazer entrega simbólica do centésimo ventilador pulmo- ►



► Entrega no Senai Canaã reuniu representantes de entidades parceiras envolvidas na iniciativa

nar consertado em Goiás, durante evento comemorativo realizado dia 26 de outubro, na Escola Senai Vila Canaã, em Goiânia.

A ação faz parte do projeto Iniciativa + Manutenção de Respiradores, que mobiliza o Sistema Indústria e instituições parceiras em todo o País para ampliar o número disponível desses equipamentos. A estimativa é de que cada aparelho consertado poderá atender até dez pessoas afetadas pelo novo coronavírus. Até o momento, os 100 aparelhos recuperados foram devolvidos a hospitais em 11 municípios goianos.

O presidente da Fieg alertou que a pandemia não acabou e que o trabalho terá continuidade. “Esse momento é importante para comemorar a ação, disposição e atitude de todos os envolvidos, e não paramos nesses 100 respiradores entregues, vamos continuar recuperando esses aparelhos, que são essenciais no tratamento de pacientes graves da Covid-19.”

Para o secretário de Saúde, Ismael Alexandrino Júnior, a entrega do centésimo ventilador é um marco para Goiás.

“Estamos falando de centenas de famílias beneficiadas e isso não tem preço. Contar com esse apoio nos trouxe tranquilidade e alento porque conseguimos aumentar as possibilidades de tratamento dos pacientes graves, além de gerar uma economia significativa para o Estado, na ordem de milhões”, disse.

Para parceiros, um momento histórico

A iniciativa de recuperação de respiradores mecânicos envolve a Orbis Engenharia Clínica, responsável pelo testes, calibração e emissão dos laudos dos equipamentos, o Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT/GO), a Universidade Federal de Goiás (UFG), o Instituto Federal de Goiás (IFG), o Instituto Votorantim e a Ebem Engenharia Médica. Cerca de 40 técnicos voluntários do Senai, da Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC/UFG) e do IFG trabalham no conserto dos aparelhos que estavam em desuso, com diferentes níveis de danos.

Para o procurador-chefe do MPT/GO, Tiago Ranieri, foi uma experiência única participar desse momento histórico, como articulador de políticas públicas em benefício da coletividade. “A pandemia nos ensinou a valorizar a relação com o outro e como é importante estarmos conectados em prol de um bem maior, de ajudar os mais vulneráveis. Não dá para mensurar a importância de participar de um projeto dedicado a salvar vidas”, ressaltou.

Diretor executivo da Orbis Engenharia Clínica e vice-presidente da Associação Brasileira de Engenharia Clínica (ABECLin), Ricardo Maranhão também destacou a importância da rede voluntária para o sucesso da iniciativa. “Desde o primeiro momento, somos voluntários neste projeto. Não pensamos nos custos e sim no impacto da iniciativa de deixar os ventiladores pulmonares operacionais aptos para salvar vidas durante a pandemia da Covid-19. A entrega de 100 aparelhos representa o sucesso desta ação tão bem conduzida pelo Senai”.

O evento comemorativo da marca

dos 100 respiradores entregues foi prestigiado também pelo diretor regional do Senai, Paulo Vargas, pelo gerente de Educação Profissional do Senai, Weysller Matuzinhos, pelo diretor da Escola Senai Vila Canaã, Claiton Cândido Vieira, pelo diretor da Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia e Celso Charuri, Adair Prateado, pelo reitor da Universidade Federal de Goiás, Edward Madureira, pelo representante do Instituto Federal de Goiás, Ricardo Rabahi, pela gestora do Hospital de Urgências de Goiânia, Lidiany Leite, pela fisioterapeuta Rúbia Luiz Rocha Santiago, do Hospital e Maternidade Senador Canedo, pela diretora geral do Samu Centro Sul de Aparecida de Goiânia, Danielly Silvestre, e Poliana Ferreira Alves Pascoal, do Hospital Municipal Modesto de Carvalho, de Itumbiara.

Rede de Manutenção

Coordenada pelo Senai Nacional, a rede voluntária constituída no âmbito da Iniciativa + Manutenção de Respiradores começou a operar em março, no início da pandemia, e já consertou gratuitamente mais de 2 mil ventiladores pulmonares, que foram devolvidos a instituições de saúde em 24 Estados e no Distrito Federal. O trabalho conta com a atuação e o apoio de mais de 700 voluntários. Em Goiás, o Senai Canaã é um dos 45 pontos de unidades operacionais que estão recebendo esses respiradores para manutenção, realizada, também, por técnicos das unidades Sesi Senai Jardim Colorado e Aparecida de Goiânia. ■



► Paulo Vargas, diretor regional do Senai e superintendente do Sesi: missão nobre de salvar vidas

EAD SENAI

A formação a distância que te aproxima do mercado de trabalho.

senaigo.com.br/ead

SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO



► Paulo Vargas, Sandro Mabel, Abílio Netto Carneiro e Alberto Borges, da Caramuru: força na parceria com a indústria

Sul de Goiás tem a fo do Sesi Itumbiara



rça

CAT Capitão Waldyr O'Dwyer completa 21 anos e inaugura academia para readaptação profissional e fortalecimento muscular para atender indústrias e colaboradores

Daniela Ribeiro
Fotos: Alex Malheiros

Ao completar 21 anos de sua inauguração, o Centro de Atividades Capitão Waldyr O'Dwyer – Sesi Itumbiara, no Sul de Goiás, ganhou nova estrutura para ampliar os serviços prestados na região à indústria e aos seus colaboradores na área de qualidade de vida. O Centro de Readaptação Profissional e de Fortalecimento Muscular – Academia Sesi é destinado a auxiliar o trabalhador a melhorar sua condição física específica para o desenvolvimento da atividade laboral, readaptá-lo às atividades em caso de afastamento por problemas osteomusculares e diminuir o tempo de afastamento.

Ali também será desenvolvido trabalho específico para trabalhadores que atuam no levantamento e transporte de carga manual, a exemplo da área de expedição. Haverá ainda atendimento a clientes que buscam qualidade de vida, perda de peso e ganho de massa muscular. Com 319 m² de instalações e aparelhos modernos, o centro tem capacidade para atender 400 alunos, mas por causa pandemia de Covid-19, funcionará inicialmente apenas com 50% da capacidade.

Ao inaugurar o novo serviço, dia 7 de outubro, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e diretor regional do Sesi, Sandro Mabel, destacou a importância e oportunidade da obra, sobretudo neste momento em que as

pessoas precisam de estímulo para a retomada das atividades. “É um serviço focado na qualidade de vida dos trabalhadores da indústria, investimento feito para atender um anseio de empresas da região”, disse. O presidente lembrou ainda que o centro de readaptação profissional é semelhante ao instalado em Morrinhos, em 2017, em uma parceria com a Complem.

O evento contou com presença do prefeito José Antônio da Silva Netto; do superintendente do Sesi e diretor regional do Senai, Paulo Vargas. Também participaram lideranças da indústria, como o diretor-financeiro da Fieg e presidente do Sinvest, José Divino Arruda; o presidente do Siaeg e conselheiro do Senai, Antônio Benedito dos Santos, além de diretores das indústrias Caramuru, Can Pack, Alcafoods e Complem.

Para Alberto Borges, presidente da Caramuru Alimentos, uma das empresas parceiras do Sesi na viabilização da academia, a iniciativa representa “qualidade de vida do colaborador. É uma retaguarda para que o trabalhador tenha uma forma de fazer os exercícios adequados para cumprir as funções do dia a dia e também buscar sua recuperação.” Já o prefeito José Antônio da Silva Netto destacou a oportunidade do momento de transição da pandemia e retomada das atividades.

NÚMEROS

Em mais de duas décadas de atuação em Itumbiara, o Sesi tem acompanhado o desenvolvimento das indústrias da Região Sul do Estado, oferecendo cursos e serviços sintonizados com as reais necessidades do setor produtivo. Só nos últimos 11 anos, a unidade contabiliza mais de 31 mil matrículas, abrangendo ações de educação básica, Educação Continuada, que promove o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. No mesmo período, mais de 200 mil pessoas foram atendidas com serviços de promoção da saúde e 165 mil em ações educativas e preventivas.

NA HISTÓRIA

No final da década de 90, uma pesquisa mostrou que os trabalhadores das indústrias locais queriam um “clube do trabalhador”. Foi quando saiu do papel a Unidade Sesi Itumbiara, batizada de Centro de Atividades Capitão Waldyr O'Dwyer, pioneiro da indústria goiana e da Fieg. A obra foi realizada em parceria com a prefeitura municipal e Associação Comercial e Industrial. A unidade foi inaugurada no dia 7 de outubro de 1999, em um terreno com área de 29 mil m², cedido pela prefeitura. ■



► **Diretores e gerentes do Sistema Fieg,** autoridades e lideranças empresariais prestigiam inauguração da Academia Sesi Itumbiara



QUALIDADE DE VIDA

“Isso é qualidade de vida do colaborador. É uma retaguarda para que o trabalhador tenha uma forma de fazer os exercícios adequados para cumprir as funções do dia a dia e também recuperação. Isso desde o trabalhador de fábrica que trabalha com movimentos mais pesados, o que requer esforço físico maior, esse centro permite que a pessoa exerça o trabalho dela e ao mesmo tempo tenha qualidade de vida.”

ALBERTO BORGES, presidente da Caramuru Alimentos



RECONHECIMENTO

“Atravessando um período de pandemia e poder contemplar investimentos que estimulem a promoção da qualidade de vida dos trabalhadores das indústrias de Itumbiara é extremamente importante. Tem o reconhecimento da prefeitura e das pessoas de Itumbiara. Parabéns, Sesi e muito obrigado pelas realizações.”

.....
JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA NETTO, prefeito de Itumbiara

Casca de laranja no lugar do álcool em gel

Alunos do Sesi Goiás são premiados no Torneio Sesi de Robótica – Desafio Covid-19 com a criação do Limogel, composto à base da casca de laranja que substitui, com vantagens, o álcool em gel

No segundo projeto resultante de pesquisa exitosa com a laranja, cinco estudantes do ensino médio do Sesi Goiás foram vice-campeões do Torneio Sesi de Robótica – Desafio Covid-19, competição de âmbito nacional. Integrantes da equipe Titans LJ, do Sesi Planalto, de Goiânia, Bianca Cristina, Lorrany Cirqueira, Emanuelle Saldanha, Ryhan Kaick e Cauã Chiarella criaram o Limogel, composto à base da casca de laranja que substitui o álcool em gel, com vantagens como não ressecar as mãos e evitar acidentes domésticos, como incêndios, que tiveram aumento de 60% desde o início da pandemia.

Um filtro sanitizante para vasos sanitários, criado pelo time do Sesi Birigui, de São Paulo, venceu a disputa, cujo pódio foi fechado, em terceiro lugar, por estudantes da Escola Coesi, de Aracajú, Sergipe, ao desenvolver um sistema que utiliza a luz UV para a desinfecção de transportes privados.

Os inventos, que vão ao encontro das necessidades da população em meio à pandemia do novo coronavírus, já despertam interesse de várias empresas e investidores, segundo revelou o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da

Indústria (CNI), diretor-superintendente do Sesi e diretor geral do Senai Nacional, Rafael Lucchesi, em reportagem especial sobre a premiação no Jornal Nacional, da Rede Globo, dia 24 de setembro.

O presidente da Fieg e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai, Sandro Mabel, destacou a conquista dos alunos do Sesi no artigo Corte no Sesi e Senai penaliza o Brasil, publicado dia 28 de setembro no jornal O Popular, em que critica a intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, de cortar recursos do Sistema S. “Isso é criatividade, inovação, ciência, é o futuro, que o governo não tem para oferecer e, a pretexto de fazer reforma tributária, quer acabar com uma canetada”, disse.

A mesma casca de laranja capaz de neutralizar a gordura do jamelão

Em junho, a equipe Titans LJ, do Sesi Planalto, já havia feito bonito no Prêmio Global Innovation Awards, como finalistas entre os 20 melhores do mundo. Os garotos, igualmente, criaram um composto com a casca da laranja capaz de neutralizar a gordura acumulada no asfalto pelo ja-



melão, fruto comum nas ruas de Goiânia, responsável pela ocorrência de muitos acidentes, frequentemente mostrados em reportagens de noticiários de TV.

Com o tema City Shaper na temporada 2019-2020 do Torneio de Robótica First Lego League, a equipe concorreu entre mais de 40 mil projetos de robótica de todo o planeta, com o desafio de ajudar a construir cidades cada vez melhores. Os participantes tiveram de propor soluções inovadoras reais para resolver problemas das grandes cidades, a exemplo desse de Goiânia. ■



► Equipe Titans, do Sesi Planalto, duplamente vitoriosa com experiências com casca de laranja

► Na bancada do Jornal Nacional, William Bonner e Renata Vasconcellos falam do invento goiano, em reportagem sobre o Torneio Sesi de Robótica

Veja este vídeo no Globoplay!





Quando o jogo inspira a logística

Projeto Tetris, desenvolvido pelo Instituto Senai de Tecnologia em Automação, usa princípio do famoso jogo para desenvolver solução revolucionária de movimentação e carregamento de cargas na Caramuru Alimentos, em Itumbiara

Renata Dos Santos



► **Vista aérea da Caramuru Alimentos, em Itumbiara, onde projeto desenvolvido pelo Instituto Senai de Tecnologia revoluciona as operações logísticas de movimentação de cargas**

“Essa parceria com o Senai e profissionais extremamente qualificados à frente do Projeto Tetris é mais uma atitude da Caramuru de olhar para dentro de nossos processos e melhorá-los, continuar competitiva e diferenciada no mercado.”

.....
ANTÔNIO BALLAN, diretor de logística da Caramuru Alimentos



O jogo é simples para quem conhece os tetrads, blocos que descem do alto da tela e que o jogador tem o poder de movê-los em um tempo curto. O desafio é organizar os objetos e encaixá-los até que eles desapareçam e permitam inserir mais blocos como prêmio. Esse é o princípio do Tetris, jogo conhecido mundialmente, visto por muitos como um dos maiores de todos os tempos e nome escolhido para o novo projeto da Caramuru Alimentos, em Itumbiara, no Sul Goiano. Desenvolvido pelo Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Automação, o Projeto Tetris promete revolucionar o trabalho de carregamento e movimentação de cargas nas docas de expedição, sem a utilização de pessoas em trabalho pesado, e transformar o setor de logística com o que há de melhor na Indústria 4.0.

O trabalho foi entregue à empresa em setembro de 2020 e marca o fim da primeira de quatro etapas. Foram dez meses de estudos que ampliaram sobremaneira a maturidade da solução tecnológica, contornando riscos, apresentando modelos tecnológicos, análise da automação de processos e arranjos construtivos 3D.

A partir da realização de um diagnóstico do setor, o Senai e a Caramuru perceberam a oportunidade de melhorar o processo de carregamento, dominado por produtos empilhados sendo movimentados e carregados manualmente item a item, o que gera morosidade no processo de embarque. Segundo Fillipe Albuquerque, engenheiro mecânico e mecatrônico, coordenador de Serviços de Tecnologia e Inovação do IST em Automação, a missão do Projeto Tetris é oferecer uma solução e transferência tecnológica que garanta previsibilidade, sustentabilidade e competitividade da expedição e logística da Caramuru Alimentos.

“Os produtos fabricados pela indústria poderão ser colocados nos veículos de carga com contagem, verificação e inspeção em modos totalmente automáticos”, explica. Ele acrescenta que uma das vantagens é a sustentabilidade dessas operações, uma vez que um trabalhador que realiza apenas tarefa manual e repetitiva tende a desaparecer com o passar do tempo. Todo o carregamento poderá ser organizado antes mesmo do veículo entrar na empresa. A próxima fase que será iniciada, de en- ►



▶ Na Caramuru Alimentos, em Itumbiara, **Fillipe Albuquerque** e **Rafael Nogueira**, do IST em Automação, entregam projeto a **Hugo Oliveira Machado**, supervisor de logística da empresa

genharia básica, vai marcar a escolha dos tipos de tecnologia que serão empregadas e dimensionamento de todos os sistemas. Segundo Albuquerque, há ainda a etapa de engenharia detalhada e então executiva, a quarta e última fase.

Projeto do Senai, uma solução customizada

Hugo Oliveira Machado, supervisor de logística da Caramuru Alimentos, observa que durante sua trajetória, a companhia sempre buscou implementar continuamente melhorias em seus processos, sendo pioneira em vários segmentos. Nesse sentido, o Projeto Tetris tem o objetivo de proporcionar um ganho de produtividade, reduzir o tempo de carregamento com menor custo e agregar valor ao cliente.



▶ **Ricardo Fioravante**, gerente de Operações e Suprimentos da Caramuru: projeto é fruto de busca constante por inovação e competitividade



► **Hugo Oliveira, supervisor de logística da Caramuru:** “Buscamos a parceria com o Senai para desenvolver essa solução de forma customizada.”

“Buscamos essa parceria com o Instituto de Automação Senai para desenvolver esta solução de forma customizada e atender nossas necessidades, tendo em vista que não encontramos esta solução pronta no mercado em pesquisa com os principais players de automação.”

Ele compara que, agora, os técnicos do Senai que vieram para dentro da empresa fizeram um diagnóstico preciso da demanda. Oliveira resalta que a participação de uma equipe multidisciplinar, com profissionais de vários departamentos da empresa, foi essencial para alavancar o projeto com a propositura de soluções personalizadas. Os sistemas de paletização e mesa de avanço, que são base da solução, poderão otimizar os trabalhos e evitar contingências laborais, como doenças ocupacionais e riscos de acidente. Os fretes também devem ficar mais baratos para a empresa, pois os caminhões receberão os produtos com maior agilidade e precisão no abastecimento e vão permanecer menos tempo parado no pátio da indústria. “Estamos na fase de análise de viabilidade e estimativa de custos para tomada de decisão da continuidade do projeto e início

da etapa de engenharia básica”, acrescenta.

Fernanda Godoy resalta a importância do projeto para a consolidação e reconhecimento do Instituto Senai de Tecnologia em Automação como provedor de soluções para sistemas de armazenamento e de transporte de materiais. “Toda indústria, independente do porte, precisa armazenar e expedir seus produtos, e isso exige soluções de otimização personalizadas para cada cliente. Trata-se de uma demanda comum entre eles e o Senai quer dar o suporte em cada uma de suas especificidades”, explica a gerente do IST.

Desejo constante de inovação

Fundado em 1964 e presente em Goiás, Mato Grosso, São Paulo e no Paraná, o Grupo Caramuru consolidou-se como um dos maiores do mercado no processamento de soja, milho, girassol e canola. Para Antônio Ballan, diretor de logística, um dos fatores que nortearam o crescimento da empresa durante sua trajetória foi o desejo constante de inovação. “Essa parceria com o Senai e profissionais extre-

mamente qualificados à frente do Projeto Tetris é mais uma atitude da Caramuru de olhar para dentro de nossos processos e melhorá-los, continuar competitiva e diferenciada no mercado”, observa.

Ballan destaca que outros diferenciais do projeto são a busca pela tecnologia certa e a necessidade de desenvolver solução via tecnologia e de maneira aliada à valorização dos recursos humanos. Ele explica que a automatização do Centro de Distribuição foi planejada porque o trabalho ainda emprega muito trabalho braçal, atividade muitas vezes em falta e terceirizada. A expectativa é de que a logística agora não dependerá totalmente de mão de obra humana, como ocorre na atualidade. “Muitos trabalhadores braçais receberão treinamento para que possam ser aproveitados em outros setores da empresa”, informa.

Ricardo Fioravante, gerente de Operações e Suprimentos da Caramuru, resalta que o projeto Tetris surgiu como fruto de busca constante da empresa por inovação e competitividade dentro do conceito de Indústria 4.0 e também chega para incentivar jovens trabalhadores. “Em vez de empregar apenas suor e correr risco de agravar a saúde ao longo dos anos, a nova geração deve buscar novas aptidões dentro da empresa, pois tem um potencial que vai muito além da função de carregar caixas de um lugar para o outro nas docas de expedição”, afirma. Para ele, o desafio da Caramuru é grande e, a partir da parceria com o Senai e dessa “automatização” da ponta (picking), ou seja do setor de cargas, outros processos devem ser implementados. “Essa padronização deve tornar realidade desde a linha de produção, passando pelos processos de armazenagem até o carregamento dos caminhões”, vislumbra. ■



► **Sandro Mabel** assina parceria com os diretores do Senai Cimatec, **Leone Peter Andrade**, e do Senai Goiás, **Paulo Vargas**

O que é bom para a Bahia, Senai Cimatec agora em Goiás

*Menos de um ano após instalação do polo do Cetiqt, agora é a vez de Goiás agregar serviços nas áreas de pesquisa aplicada e inovação do **Senai Cimatec**, desenvolvedor de projetos em cooperação com a Embrapii*

Andelaide Lima
Fotos: Silvio Simões

De depois do polo avançado do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (Senai Cetiqt), do Rio de Janeiro, instalado em Goiânia em março deste ano, o Senai Goiás ganha novo reforço no desenvolvimento de projetos tecnológicos para as indústrias. Agora é um polo do Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Senai Cimatec) – unidade referência nas áreas de pesquisa aplicada e inovação, com sede em Salvador (BA). A parceria foi formalizada dia 1º de outubro, em Goiânia, com assinatura de termo de cooperação técnica pelo **presidente da Fieg, Sandro Mabel**, pelo diretor do Senai Cimatec, Leone Peter Andrade, e pelo diretor regional do Senai Goiás, Paulo Vargas.

A iniciativa visa ampliar e fortalecer a atuação do Senai Goiás na realização de programas de pesquisa, desenvolvimento

e inovação (PD&I), promover a disseminação de conhecimentos científicos e a troca de experiências, além de fomentar o crescimento do parque industrial no Estado com a oferta de novos produtos e serviços tecnológicos. Também participaram da assinatura da parceria o gerente de Novos Negócios do Senai Cimatec, Silmar Nunes, o diretor de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai Goiás, Claudemir José Bonatto, e o gerente de Tecnologia e Inovação, Rolando Vargas. O novo serviço vai integrar a estrutura dos Institutos Senai de Tecnologia (IST) em Automação, no Setor Centro-Oeste, e em Alimentos e Bebidas, na Vila Canaã.

Cooperação com Embrapii e Finep

Para o presidente da Fieg, Sandro Mabel, a consolidação do polo Senai Cimatec é um avanço importante para Goiás, já que a unidade é um dos principais desolvedores de projetos em cooperação com

a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e é reconhecida pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) como instituição de pesquisa de inovação tecnológica do Nordeste. “Temos trabalhos importantes já em andamentos em parceria com a instituição, a exemplo do Grupo Cruzeiro, Milhão Alimentos, Nutriex, Lá Cutamee, Sindicarnes, GSA Alimentos e a Cachaça da Posse. Mas queremos potencializar essas ações e o Senai Cimatec tem expertise e capacidade técnica para atender às demandas das indústrias goianas de diversos segmentos, trazer recursos e contribuir com a criação de soluções que possam aumentar a produtividade e competitividade das empresas”, destacou.

Diretor do Senai Cimatec, Leone Peter Andrade disse que a formalização do polo avançado em Goiás também é um passo significativo para a unidade. “O Estado tem uma economia dinâmica e diversificada, uma indústria atuante em vários setores e um Senai muito forte e reconhecido.

Vamos expandir essa parceria, que será proveitosa para todos os envolvidos”.

O diretor regional do Senai Goiás, Paulo Vargas, ressaltou que o polo vai agregar valor extraordinário ao trabalho realizado pela instituição. “É mais um passo importante que damos para assistir da melhor maneira possível as indústrias do Estado e oferecer novos serviços para que elas se tornem mais competitivas”.

Em Goiás, o diretor do Senai Cimatec e o gerente de Novos Negócios aproveitaram para conhecer as indústrias Geolab, Teuto, Cepalco Embalagens, Zuppani e a Vitamedic. Eles visitaram também o Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, em Goiânia, e o Laboratório de Polimorfismo Molecular, instalado na Faculdade Senai Roberto Mange, em Anápolis. ■

► **Diretores do Senai Cimatec, Leone Peter Andrade e Silmar Nunes** visitam o IST em Alimentos e Bebidas, acompanhados das gerentes **Karoline Fernandes Siqueira e Fernanda Godoy**, do IST em Automação



Fornecedor, o elo estratégico da cadeia produtiva

Desde 2000, quando foi aplicado em campo pela primeira vez, o PDF Goiás vem qualificando fornecedores e contribuindo para a evolução socioeconômica do Estado

.....
Sérgio Lessa

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) chegou a 50 anos em 2020 fazendo jus ao seu slogan: experiência em inovar. Prova disso é um de seus principais e mais tradicionais produtos, o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF Goiás), que completa 20 anos.

A necessidade de qualificar fornecedores que pudessem suprir as demandas das grandes indústrias em processo de instalação em Goiás no final da década de 1990 levou o IEL Goiás a elaborar um programa eficaz e extremamente oportuno, que permitiria que as empresas contratantes investissem em fornecedores da região, minimizando custos e mantendo o capital investido dentro das divisas goianas.

Inicialmente denominada Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), a ideia surgiu em 1999, durante o Seminário de Oportunidades e Negócios, em Rio Verde. No ano seguinte, o projeto estreou em Itumbiara, com a turma embrionária formada por 26 representantes de 17 fornecedores indicados pelas empresas Maeda Agroindustrial e Caramuru Alimentos.

“Existiam vários pontos que precisavam ser trabalhados no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços e da própria relação comercial, que ficava des-

gastada porque o comprador solicitava um tipo de serviço e não encontrava no município, sendo levado a buscar fora de Goiás. Com a implantação do PQF, houve redirecionamento na administração das empresas fornecedoras, melhor organização interna, maior satisfação dos clientes, profissionais mais qualificados, reconhecimento e confiança perante as organizações ao contratar os serviços”, lembra Margareti Scarpelini, diretora de Recursos Humanos da Caramuru Alimentos.

“O PQF foi uma oportunidade para as pequenas empresas se qualificarem e se tornarem competitivas, contribuindo para, no futuro, alcançar outro porte. Temos muito orgulho e satisfação por poder participar de um processo que proporcionou e pode proporcionar o desenvolvimento, o crescimento e a qualificação de empresas locais, de forma estruturada”, acrescenta Margareti.

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF Goiás) – como passou a ser chamado em 2013 – chegou a 2020 com números expressivos, proporcionando grande parcela de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico de Goiás. A experiência ajudou a fortalecer as relações comerciais, a confiança entre

Nelson Pacheco



grandes empresas e fornecedores, o desenvolvimento industrial, além da geração de renda, emprego e sustentabilidade.

“O PDF Goiás é de extrema importância e bastante alinhado à estratégia de valores da AngloGold. O programa tem um viés de capacitação, formação, orientação na forma de gestão de negócios, de produtos, de processos. Isso viabiliza uma melhor qualidade e competitividade ao vender para nós e para outras indústrias e empresas de outros setores”, salienta Ewerton Trindade, diretor de serviços da AngloGold Ashanti.

“Recomendo o programa, pois sou muito satisfeito com a parceria e a dedicação do IEL Goiás, na forma de buscar conteúdo, capacitação e processos queaju-



► **Planta da Mineração Serra Grande, da AngloGold Ashanti, em Crixás,** ponto alto do PDF Mineradoras aplicado também em Barro Alto, Niquelândia, Goianésia e Uruaçu

Haroldo Cardoso



► **Margareti Scarpelini, diretora de RH da Caramuru Alimentos, em Itumbiara:** experiência pioneira com o então PQF, “oportunidade para pequenas empresas se qualificarem e se tornarem competitivas”

AngloGold



► **Ewerton Trindade, diretor de serviços da AngloGold Ashanti,** destaca alinhamento do PDF a estratégia de valores da companhia

daram as empresas a se desenvolver, crescer e se fortalecer e perpetuar no mercado”, diz o executivo.

Nessas duas décadas, o PDF Goiás totaliza 750 empresas fornecedoras certificadas, mais de 30 municípios contemplados em várias regiões do Estado, além de cerca 90 empresas-âncoras beneficiadas. “É gratificante ver como os fornecedores evoluem e assumem seus negócios. A partir do momento em que adquirem mais conhecimento, tornam-se mais seguros e passam a olhar suas atividades como negócios promissores”, observa Sandra Márcia Silva, gerente de Desenvolvimento Empresarial do IEL Goiás e pioneira do programa.

“Em 20 anos, o programa passou por transformações e foi se adequando às novas realidades e necessidades das empresas, passando a atender à cadeia de fornecimento de serviços de saúde, com foco na gestão hospitalar e também empreendimentos rurais. Assim, diante da amplitude e importância do programa para Goiás, o objetivo é transformar o PDF em Programa de Desenvolvimento Regional (PDR Goiás), atendendo assim, a demandas da indústria, comércio e serviços, agronegócios e as comunidades”, projeta.

METAS DE AMPLIAÇÃO

Ainda há muito a ser explorado e desenvolvido no que diz respeito à qualificação de fornecedores no interior goiano, onde pesquisa recente da área de Desenvolvimento Empresarial do IEL Goiás identificou que mais de 60% das grandes empresas realizavam suas compras no Estado, sendo que apenas 22% eram feitas nos municípios em que estavam instaladas.

Essa realidade eleva os custos das empresas, os negócios locais ficam estagnados, dificultando o desenvolvimento regional. Ainda há necessidade da criação de oportunidades de negócios



► **Sandra Márcia Silva, gerente de Desenvolvimento Empresarial do IEL Goiás e pioneira do programa:** transformar o PDF em Programa de Desenvolvimento Regional (PDR Goiás), para atender a demandas da indústria, comércio e serviços, agronegócios e as comunidades

por meio de estratégias que fomentem uma cadeia de fornecedores, aproximando demanda e oferta.

A meta do IEL para os próximos anos é fazer com que o PDF Goiás seja disseminado por muitos outros municípios goianos, razão pela qual passará por nova mudança de nome, para Programa de Desenvolvimento Regional (PDR).

No fim de 2018, foi feita uma parceria com a Federação das Associações Comerciais, Indústria e Agropecuária do Estado de Goiás (Faciég), buscando aproximação entre o programa, associações e empresários dos mais de 70 municípios goianos em que a entidade se faz presente.

“O PDF Goiás já foi desenvolvido em vários segmentos, como a mineração e alimentício, com grande êxito. A cada ano, vamos ampliando para outros setores, como as usinas de álcool e açúcar, além da saúde, como ocorreu com a aplicação do programa no Ipasgo, que vem sendo muito bem-sucedida”, afirmou o superintendente do IEL Goiás, Humberto Oliveira.

“O PDF Goiás já foi desenvolvido em vários segmentos, como a mineração e alimentício, com grande êxito. A cada ano, vamos ampliando para outros setores, como as usinas de álcool e açúcar, além da saúde, como ocorreu com a aplicação do programa no Ipasgo, que vem sendo muito bem-sucedida”

HUMBERTO OLIVEIRA,
superintendente do IEL Goiás



SUPERANDO INEXPERIÊNCIA E CRISES

“Quando comecei, em 2007, não tínhamos experiência no setor e a área da empresa tinha menos de 30m². Hoje, temos com mais 300m² de área de lavanderia. Em 2010, o IEL me procurou e me propôs qualificação com cursos de gestão e orientações durante dois anos. Nós nos dedicamos muito, tivemos um grande desenvolvimento usando todo o conhecimento que nos foi passado, superando concorrentes grandes e as crises que vieram com a saída da Votorantim de Niquelândia e, agora, com a pandemia da Covid-19.”

ANTÔNIO ARAÚJO, proprietário da Lavanderia Sol Nascente, de Niquelândia, que iniciou sua participação no PQF, em 2010

MELHORIA CONTÍNUA E CONQUISTA DA ISO 9001

“A implantação do PQF proporcionou grande avanço na gestão de nossa empresa, como a padronização de nossos processos, otimizando a interação entre departamentos; definições de estratégias e metas por meio do planejamento estratégico que impulsionaram o crescimento da empresa e aumento do campo de atuação no cenário nacional, entre outros benefícios. Mesmo com a paralisação das atividades do Grupo Votorantim, em 2016, seguimos o cumprimento das diretrizes do PDF, buscando melhoria contínua de nossos processos, objetivando a implantação da ISO 9001, em 2021.”

TARCÍSIO EVANGELISTA PEREIRA, representante da diretoria da STMIL Montagem Industrial Ltda., que foi fundada em 2003 e participou do PQF em 2011, por meio da parceria entre o IEL e o Grupo Votorantim Metais, em Niquelândia. Em 2011, a empresa foi certificada atingindo a maior pontuação de acordo com as diretrizes da auditoria.

NÚMEROS DO PROGRAMA

- Em **20 anos** de programa, foram **87 empresas âncoras** e **744 fornecedores atendidos**.
- Cerca de **4 mil pessoas** já foram capacitadas diretamente, com a aplicação de mais de **5 mil horas de capacitação** e outras **5 mil horas de consultorias**.



LINHA DO TEMPO

- 2000** – Ainda com o nome PQF, o Programa de Qualificação de Fornecedores iniciou suas operações em Itumbiara, por meio da Caramuru Alimentos S.A. e da Maeda, seus primeiros clientes.
- 2001/02** – Os primeiros clientes do PQF em Goiânia (Mabel Alimentos, Furnas Centrais Elétricas e Jaepel).
- 2002/03** – Em Minaçu, a Sama Minerações Associadas torna-se a primeira mineradora a contratar o PDF.
- 2002 a 2005** – O setor sucroalcooleiro entra fortemente no programa, com indústrias âncoras em Goiatuba, Santa Helena, Goianésia, Inhumas e Rubiataba.
- 2005/06** – Doze indústrias âncoras foram atendidas pelo IEL Goiás.
- 2006/07** – Rio Verde e Aparecida de Goiânia entram na rota do PQF, com clientes nos setores de educação, alimentício, embalagens, química, máquinas agrícolas, cooperativa agroindustrial, associação e indústria de fraldas.
- 2009/10** – Seis empresas de Luziânia contratam o PQF para ser aplicado nos setores de alimentos e de construção civil. O PQF é aplicado na área de transporte, no Porto Seco, em Anápolis. Trabalho que teve continuidade em 2011/12 e 16.
- 2013** – Reformulado, o PQF passa a se chamar Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF Goiás).
- 2014/15** – As mineradoras foram o ponto alto dos atendimentos do PDF Goiás, com o PDF Mineradoras sendo aplicado em Barro Alto, Niquelândia, Crixás, Goianésia e Uruaçu, com Anglo American, AngloGold Ashanti e Votorantim. Foram 113 fornecedores desenvolvidos neste período.
- 2018** – A Mineração Maracá contrata os serviços do IEL para aplicar o PDF em Alto Horizonte, Campinorte e Nova Iguaçu.
- 2019** – O IEL Goiás implanta o PDF, pela primeira vez, na área da saúde, com o Ipasgo – com um recorde de fornecedores da história do programa: 184. ■



► **Unidade da Caramuru em São Simão:** empresa goiana investe na construção de um terminal ferroviário na região, em parceria com a Rumo

O que falta para a Norte-Sul operar

Dona da concessão, a Rumo trabalha na construção de uma agenda com o setor público para a conclusão de obras rodoviárias que permitirão alimentar o fluxo de cargas para a ferrovia

Lauro Veiga Filho

A Rumo espera concluir integralmente até a primeira metade do próximo ano a construção do trecho da Ferrovia Norte-Sul (FNS) entre Ouro Verde, próximo a Anápolis, e Estrela D'Oeste, em São Paulo, cobrindo 673 quilômetros de trilhos. Até lá, também já deverão estar concluídos e em condições operacionais os terminais de carga e transbordo de Rio Verde e São Simão, em Goiás, segundo antecipado pela empresa durante webinar conduzido pelo presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg, Célio

Eustáquio de Moura. No início de setembro, a empresa do Grupo Cosan, maior operadora ferroviária do País, com 13,5 mil quilômetros de ferrovias sob concessão, concluiu a construção da ponte de 495 metros sobre o Rio Grande, na fronteira entre Minas Gerais e São Paulo. A obra permitirá a ligação entre o Estado e os terminais de Iturama (MG) e São Simão, que vem sendo construído em parceria entre a concessionária e a Caramuru Alimentos

A conclusão do projeto, no entanto, pode não significar a entrada imediata em

operação do tramo central da FNS, que parte de Porto Nacional (TO) até Anápolis, num trecho concluído em 2014, e de lá até o interior paulista, somando perto de 1.537 quilômetros. Concedido em leilão ocorrido em julho do ano passado e arrematado por R\$ 2,7 bilhões, depois de receber investimentos de quase R\$ 9,8 bilhões realizados pela estatal Valec, todo o tramo central da ferrovia encontra-se atualmente sob gestão da Rumo Malha Central, empresa criada para realizar os investimentos na conclusão da ligação até

Estrela D'Oeste, no entroncamento com a Malha Paulista, também sob concessão da Rumo.

Segundo Pedro Palma, diretor geral da Rumo Malha Central, a empresa já trabalha na construção de uma agenda com os governos federal e estadual para assegurar a melhoria de sistemas rodoviários complementares, na área de abrangência da FNS, o que deverá ser estratégico para alimentar os fluxos de carga que poderão ser capturados pela ferrovia. Os trechos incluem a ligação entre Jataí e Uberlândia das BRs 364 e 365, sob concessão da Ecorodovias; a rede de estradas estaduais no Sudoeste goiano, sob gestão do governo estadual; a ligação entre Aliança do Tocantins (TO) e Anápolis, via BR-153, incluída no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do governo federal; a conclusão do trecho da BR-080, entre Ribeirão Cascalheira (MT), Luiz Alves e Porangatu, em processo de obtenção da licença de instalação, também com suporte do PPI; melhorias na BR-158, na divisa de Mato Grosso e do Pará até o entroncamento com a BR-242, também em Mato Grosso, que originalmente corta ao meio a Terra Indígena Marãiwatsédé; implantação da BR-242 nas regiões de São Félix do Araguaia (MT) e Formoso do Araguaia (TO) até a rodovia estadual TO-500 (Transbananal); e melhorias no trecho da mesma BR-242 entre Formoso do Araguaia, Peixe e Taguatinga, em Tocantins, atualmente em obras.

Ao longo do prazo da concessão, a Rumo Malha Central terá de desembolsar ainda R\$ 9,1 bilhões a título de outorga (média anual de R\$ 303,33 milhões) e realizar investimentos ferroviários próximos a R\$ 2,7 bilhões (em torno de R\$ 90,0 milhões por ano, também em média), valor que poderá alcançar R\$ 3,0 bilhões se incluídas outras obras.

Numa avaliação inicial, Palma acredita que a saída pelo Porto de Santos, em São Paulo, ainda deverá se manter mais competitiva quando se considera



► **Pedro Palma:** a saída pelo Porto de Santos deverá ainda ser mais competitiva quando se considera o mercado chinês como destino final

o mercado chinês como destino final. Na média, o custo de frete por tonelada estaria flutuando ao redor de US\$ 33,89 saindo do Porto de Itaquí, no Maranhão, até Xangai. A estimativa leva em conta uma distância aproximada de 21,683 mil quilômetros entre os portos maranhense e chinês, passando pelo Cabo da Boa Esperança, no sul da África, e de 20,533 mil quilômetros via Canal do Panamá. A partir de Santos, o custo estimado chega a US\$ 30,31 por tonelada, percorrendo 20,476 quilômetros até Xangai, também cruzando Boa Esperança.

Para evitar estrangulamento na saída para Santos, a Rumo obteve no final de maio a renovação antecipada da concessão da Malha Paulista por mais 30 anos, a contar de 2028, quando se encerraria a concessão atual. A operadora, que pagou em torno de R\$ 2,9 bilhões pela renovação do trecho de 1.989 quilômetros entre Santa Fé do Sul, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, e Santos, terá que investir perto de R\$ 6,1 bilhões durante o período da concessão renovada, em obras de modernização da via, trilhos, vagões, locomotivas e na solução de conflitos urbanos em 40 municípios paulistas cortados pelos trilhos da malha.

A previsão é de que metade dos recur-

sos totais deverá ser investida até 2025, o que permitirá mais do que dobrar a capacidade da malha, de 35,0 milhões para 75,0 milhões, conforme Palma. A capacidade poderá crescer até 100,0 milhões de toneladas ao longo do prazo da concessão, o que representaria aproximadamente um quinto da movimentação de cargas realizada por todo o setor ferroviário atualmente.

O PRIMEIRO DA FILA

Construído em parceria com a Caramuru, num investimento de R\$ 80,0 milhões, o terminal intermodal de cargas de São Simão deverá ser o primeiro a ser concluído, com previsão de operação para o primeiro trimestre do próximo ano, de acordo com o diretor geral da Rumo Malha Central, Pedro Palma. As duas empresas já são parceiras no Terminal XXXIX, no Porto de Santos. Em Rio Verde, as obras do terminal, que terá um “escopo mais amplo”, de acordo com a Rumo, e deverá ocupar uma área total de 250 hectares, conforme o diretor, foram iniciadas em março deste ano.

Em São Simão, o terminal terá capacidade para movimentar em torno de 5,5 milhões de toneladas por ano, entre soja em grão, farelo e milho, correspondendo a mais de 80,0 mil caminhões. Conforme a assessoria da Caramuru, “com capacidade de expedição ferroviária de 3.000 toneladas/hora (120 vagões a cada 6 horas), o terminal atenderá com alta eficiência tanto os clientes da Rumo como o escoamento da produção da Caramuru Alimentos”. Na fase de construção, a unidade deverá criar 290 empregos diretos e outros mil de forma indireta. Na fase de operação, estão previstos em torno de 90 empregos diretos. O terminal de Rio Verde deverá ser o segundo maior da Rumo Malha Central e terá capacidade estática para 110,0 mil toneladas, incorporando dois tombadores de farelo e grãos, seis tombadores exclusivos para grãos, uma tulha para dois vagões em sequência, além de movimentar combustíveis. ■



Alex Malheiros

► **Antônio Almeida:** Comenda Literária da Câmara de Goiânia reconhece trabalho do pioneiro da “indústria do livro” de Goiás

E a Comenda Literária Antônio Almeida vai para?...

Decreto legislativo do vereador Anselmo Pereira institui a honraria com nome do vice-presidente da Fieg, a ser concedida anualmente a escritores pela Câmara de Goiânia

.....
Dehovan Lima

Um mês depois da morte do vice-presidente da Fieg, a Câmara de Goiânia instituiu a Comenda Literária Antônio Almeida, ao promulgar, dia 23 de setembro, o Projeto de Decreto Legislativo nº 034/2020, de autoria do vereador Anselmo Pereira. A honraria será concedida anualmente a três escritores escolhidos pelas Academias Goiana, Goianiense e

Feminina de Letras e entregue sempre em 21 de agosto, dia da morte do empresário, também presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego).

“Trata-se de uma justa e merecida honraria ao nosso vice-presidente, que nos deixou precocemente. Sua participação ativa na vida literária e cultural de



► **Protótipo da nova comenda da Câmara de Goiânia, um tributo ao “Mecenas da Cultura Goiana”**

Goiânia e de Goiás, um dos pioneiros da 'indústria do livro', tendo inclusive disputado cadeira na AGL, por si só justifica o reconhecimento do Parlamento municipal, o que, aliás, havíamos sugerido também ao prefeito de Goiânia, Iris Rezende", afirma o presidente da Fieg, Sandro Mabel.

"Portanto, essa homenagem – acrescenta – é também honrosa para todos nós do Sistema Fieg, onde Antônio Almeida compartilhou militância igualmente ativa, como nosso vice-presidente e liderança à frente do Sigego, uma das cinco entidades criadoras da Federação e que ele presidiu por mais de duas décadas."

Mecenas da Cultura Goiana

Na justificativa da criação da comenda literária, o vereador Anselmo Pereira, secretário da Mesa Diretora da Câmara, observa que Antônio Almeida, natural de Rio Verde, estabeleceu-se em Goiânia, onde destacou-se como empresário do segmento editorial, "notabilizando-se por ousadia, dinamismo, criatividade, responsabilidade social e intransigente apoio à cultura genuinamente goiana". Ele lembra que essa atuação "lhe valeu o título de que tanto se orgulhava de Mecenas da Cultura Goiana, graças ao trabalho que sua empresa Kelps emprestou aos intelectuais goianos, sendo reconhecida como a Casa Administrada por um Tecelão da Poesia".

O vereador acrescenta que "faltava isso na Câmara, uma homenagem a quem tinha uma visão futurista das artes e da cultura". Segundo ele, "a grandeza de Antônio Almeida não se justificaria apenas por sua habilidade e desenvoltura como empresário do segmento editorial e sua identidade absoluta com nossa cultura. Sua liderança como empreendedor contagiou seus familiares, aglomerando-os em torno da empresa que fundou e conduziu até seus últimos dias. Como presidente da Editora Kelps, chegou à presidência do Sigego, à Abigraf-GO (Associação Brasileira das In-

Câmara de Goiânia / Alberto Maia



“A Câmara de Goiânia presta uma justa homenagem a quem tinha visão futurista das artes e da cultura”

ANSELMO PEREIRA, vereador, autor de projeto que instituiu a Comenda Literária Antônio Almeida

dústrias Gráficas) e ao Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores-Fieg)."

Anselmo Pereira destaca ainda entre os feitos do homenageado a criação do selo editorial Editora Kelps; realização do projeto Edições Consorciadas da UBE-GO; criação e lançamento do projeto Literatura do Futuro; organização do 1º Festival do Livro de Goiás, em 1996; lançamento do Concurso Kelps de Poesia Falada, no ano seguinte, o que o levou a ser convidado a participar da Academia Carioca de Letras. Em reconhecimento às suas atividades culturais, o empresário recebeu condecorações como a Comenda do Mérito Anhanguera, Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, Ordem do Mérito Mauro Borges Teixeira e homenagem da Associação Goiana de Imprensa (AGI).

Ainda na justificativa, o vereador lembra que, como líder sindicalista das

empresas gráficas, Antônio Almeida realizou o 12º Congresso Internacional da Indústria Gráfica, em Caldas Novas-GO; implantou a sede campestre do Sigego em Aruanã-GO, no Rio Araguaia; ajudou a modernizar o parque gráfico do Senai Goiás para formação de novos profissionais, criou o Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica e a Semana das Artes Gráficas de Goiás. Também por iniciativa dele, o segmento gráfico conseguiu isenção de impostos estaduais para aquisição de máquinas gráficas, firmou convênios com Sebrae e governo do Estado para viabilizar cursos de inovação empresarial e participação de empresários em bienais, além de convênios na CDL de proteção de crédito e assistência jurídica. ■

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 – Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria – Goiânia-GO, CEP: 74645-230

GERÊNCIA SINDICAL DA FIEG: Denise de Oliveira Resende - Telefone (062) 3224-9226

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 98458-9648 / 98212-9513
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Mário Arruda
Fone: (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: (em processo de transição)
Fone/Fax: (62) 3501-0062
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
(62) 98625-4889
sindcel.go@gmail.com

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Antônio Benedito dos Santos
Diretora executiva: Denise Resende
Fone/Fax: (62) 3224-9226 / 3224-4253
siaeg@siaeg.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
NOVO ENDEREÇO
Telefone: (62) 99968-4302.
siago@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente em exercício: Josimar Teixeira Paulista
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás

Presidente: Leandro Luiz Stival Ferreira
Fone: (62) 3229-1187
sindicarnegoias@gmail.com

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emilio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luís Martin Abuli
Fone: (62) 98109-8608
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Alcides Augusto da Fonseca
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405 / 98304-0013
simplago@sistemafieg.org.br /
simplago.go@gmail.com

SINDIFÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 98436-1724
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone: (62) 3224-4253
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone: (62) 3225-8933 / 3212-3661 /
98235-1200
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Marcus Brandão Lima e Silva
Fone: (62) 3213-0378
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Luiz Antônio Vessani
Fone: (62) 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Jair de Melo Gonçalves
Fone: (62) 3223-6515
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Sílvio de Sousa Naves
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
simelgo@sistemafieg.org.br

SINDIQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone: (62) 3212-3794 e 9230-1812
sindiquimica@gmail.com

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Nicolas Lima Paiva
Fone: (62) 99954-6101
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3224-4253
sindtrigo@gmail.com

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
sifaeg@terra.com.br

OUTROS ENDEREÇOS

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Eduardo Bilemjan Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
presidencia@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0878 e (62) 3202-5567
sinroupas@yahoo.com.br

SEDE ANÁPOLIS

Edifício Capitão Waldyr O'Dwyer

Rua JM-16, Quadra 52, Lote 22, Setor Sul Jamil Miguel - Anápolis-GO - CEP 75124-200
Fone/Fax: (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SINDUSCON ANÁPOLIS

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
sindusconaps@sistemafieg.org.br
www.sindusconanapolis.com.br

SINDICER-GO

Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
Presidente executivo: Itair Nunes de Lima Jr.
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo Reis Perillo
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

FIEG +Solidária

Um S a mais no Sistema FIEG:
S de SOLIDARIEDADE

Faça sua doação de:



Cestas básicas, máscaras,
álcool em gel, material de
limpeza e higiene.

Ligue:

62 9 9859-1258



Doações em dinheiro,
em qualquer quantia.

CEF (Bco 104)

Títular FIEG

CNPJ 01.618.958 / 0001 - 03

Ag 2512 Cc 942-7 Op 003

Informações: 62 99859-1258
Junte-se a nós! Seja +Solidário!



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020



**EM 13 ANOS
MUITAS COISAS
MUDARAM.**

OUTRAS, NÃO.

SENAI: HÁ 13 ANOS NA CABEÇA DO GOIANIENSE.

Pela 13ª vez seguida, os cursos profissionalizantes do Senai são os mais lembrados na pesquisa Pop List.



SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO